



Universidade Eduardo Mondlane
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

TRABALHO DE FIM DE CURSO

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL:
ESTUDO DE CASO DO MEGA-PROJECTO MOZAL

Autor:

Benjamim Abrahamo Júnior Capito

Supervisor:

Dr. Lucas Tsamba

Maputo, Julho de 2015



Universidade Eduardo Mondlane
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

TRABALHO DE FIM DE CURSO

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL:
ESTUDO DE CASO DO MEGA-PROJECTO MOZAL

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane.

Autor:

Benjamim Abrahamo Júnior Capito

Supervisor:

Dr. Lucas Tsamba

Maputo, Julho de 2015

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

O Júri

O presidente do Júri

O supervisor

O oponente

Maputo, Julho de 2015

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Benjamim Abrahamo Júnior Capito, declaro por minha honra que este trabalho nunca foi apresentado no seu conteúdo para a obtenção de qualquer grau acadêmico, constituindo sim, resultado de uma pesquisa individual, estando indicadas na bibliografia as fontes por mim consultadas.

Benjamim Abrahamo Júnior Capito

Maputo, Julho 2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, em especial aos meus pais Benjamim Abrahamo Capito e Maria Honória Eduardo Capito, pelo amor incondicional e por me mostrarem o caminho da escola. Aos meus irmãos Cláudio dos Santos Capito, Crisaldo Waldemar Capito, a meu primo Salomão João Pedro e ao meu tio Tiago Eduardo Areia, pela amizade que sempre me mostraram neste percurso. A todos vós, *Zikomo Kwambili!*

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Lucas Tsamba por ter supervisionado meu trabalho de fim de curso, e sobretudo pela sua disponibilidade e indispensáveis contribuições.

Ao Dr. Tomás Selemane, cujas discussões contribuíram para despertar as primeiras ideias que deram base a este trabalho, e também por me ter fornecido o seu espólio bibliográfico, sem o qual não teria feito esta pesquisa.

Agradecer a Mozal por aceder ao pedido de entrevista no processo do trabalho de campo, em especial do Dr. Rubão Comé e ao Engenheiro Samo-Gudo. Um muito obrigado.

Um especial agradecimento ao Agrício Julião e aos representantes do bairro de Chinonanquila, no Distrito de Boane pela sua contribuição sincera e abnegada no processo das entrevistas.

Também dedico estas linhas aos meus colegas de curso e meus docentes pela socialização no meio acadêmico, em especial a “Câmara dos Lords”, meus colegas de grupo e amigos com quem muito aprendi e convivi dentro e fora da academia. Um abraço caloroso.

RESUMO

Tem sido cada vez maior o número de empresas que tem-se engajado em práticas de Responsabilidade Social, pois se tem verificado no cenário actual, que a adoção de valores éticos pelas empresas, constitui uma questão de sobrevivência num mercado cada vez mais competitivo, e por esta via, a RSE vem legitimar a existência destas empresas. No entanto, apesar da significativa penetração da RSE na linguagem e na prática empresarial, o seu significado permanece difuso e sujeito a diferentes interpretações, mesmo no seio académico.

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é estruturada em três níveis: i) no nível interno, se focaliza no relacionamento entre a entidade patronal e os colaboradores da empresa nas suas diversas vertentes; ii) no nível externo, nas acções da empresa para o benefício da sociedade em que ela está inserida; iii) no nível ambiental está relacionada a um conjunto de atitudes, individuais ou empresariais, voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Este trabalho de fim de curso teve como objectivo compreender as percepções e significados das comunidades locais sobre a sua participação no processo de tomada de decisão sobre as práticas de RSE da empresa Mozal. A realização do presente trabalho foi feita a partir de um estudo de caso, tendo obedecido às fases de pesquisa bibliográfica, trabalho de campo, e a elaboração do relatório.

Da pesquisa efectuada constata-mos que as percepções da participação da comunidade no processo de tomada de decisão dos projectos de RSE, são influenciados por diferentes estoques de conhecimento sobre estas práticas e que condicionam a forma como cada indivíduo interpreta a realidade. Por outro lado, as comunidades situadas ao redor da Mozal, tem espaço para exprimir as suas opiniões e necessidades em torno dos projectos de RSE de que se beneficiam, no entanto não tomam decisões que conduzem a materialização de tais projectos, pois a Mozal é quem detém o poder económico.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial; Participação Comunitária, Percepções sociais.

ABSTRACT

An increasing number of companies are engaged in practices of Corporate Social Responsibility, because at the current scenario, the adoption of ethical values by the companies is a matter of survival, in an increasingly competitive market, and in this way, the CSR comes to legitimize the existence of these companies. However, despite the significant penetration of CSR in the language and in business practice, its meaning remains diffuse and subject to different interpretations, even within academia.

The Corporate Social Responsibility (CSR) is structured in three levels: (i) the internal level, focusing on the relationship between the employer and the employees of the company in its various aspects; (ii) the external level, which is based in the actions of the company for the benefit of the society in which it is inserted; (iii) environmental level, that is related to a set of attitudes, individual or collective, focused on sustainable development.

The main objective of this study is to understand the perceptions and meanings of local communities on their participation in the decision-making process on the CSR practices of the Mozal company. The completion of this work was done from a case study, having obeyed the phases of bibliographic research, fieldwork, and the preparation of the report.

From the research undertaken our findings point that the perceptions of the community participation in the decision-making process of the CSR projects, are influenced by different stocks of knowledge about these practices, and determine how each individual interprets reality. On the other hand, the communities located around the Mozal have space to express their views and needs around the CSR projects which they benefit, however, the decision on the materialization of these projects is not on their hands, because Mozal retains the economic power.

Key words: Corporate Social Responsibility; Community participation; Social perceptions

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AMDC – Associação Mozal Para o Desenvolvimento Comunitário

BSC – Bhp Sustainable Communities

CIP – Centro de Integridade Pública

CSP – Corporate Social Performance

FMI – Fundo Monetário Internacional

GTZ - Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (Agência de Cooperação Técnica do Governo Alemão)

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

MMAS – Ministério da Mulher e Acção Social

ONG – Organização Não Governamental

UN – United Nations

ÍNDICE

<u>INTRODUÇÃO</u>	12
<u>CAPÍTULO I</u>	16
<u>FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E HIPÓTESE</u>	16
<u>HIPÓTESE</u>	20
<u>CAPÍTULO II</u>	21
<u>2. REVISÃO DA LITERATURA</u>	21
<u>2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: ORIGENS E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL</u>	21
<u>2.1.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EM MOÇAMBIQUE</u>	24
<u>2.1.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL, FILANTROPIA E CARIDADE</u>	25
<u>2.1.3 PAPEL DAS EMPRESAS NA SOCIEDADE</u>	28
<u>2.1.4 MOTIVAÇÕES DA RSE</u>	32
<u>2.1.5 ESTUDOS SOBRE A RSE E PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES</u>	33
<u>2.2 QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL</u>	36
<u>2.3 DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS</u>	38
<u>2.3.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL</u>	38
<u>2.3.2 COMUNIDADE</u>	39
<u>2.3.3 PERCEPÇÕES SOCIAIS</u>	40
<u>2.3.3 PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA</u>	41
<u>2.3.4 MEGA PROJECTOS</u>	42
<u>CAPÍTULO III</u>	43
<u>3. METODOLOGIA</u>	43
<u>3.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA</u>	44

<u>3.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO</u>	45
<u>3.4 MODELO DE ANÁLISE</u>	45
<u>CAPÍTULO IV</u>	47
<u>APRESENTAÇÃO, ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</u>	47
<u>4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</u>	47
<u>4.1 MEGA-PROJECTO MOZAL: BREVE HISTORIAL</u>	47
<u>4.2 RESULTADOS DO MEGA-PROJECTO MOZAL</u>	48
<u>4.3 ABORDAGEM DA MOZAL SOBRE A RSE</u>	50
<u>4.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA MOZAL: ÁREAS DE ACTUAÇÃO</u>	52
<u>4.5 IMPACTO DA MOZAL NA VIDA DAS COMUNIDADES</u>	53
<u>4.6 PERCEPÇÕES DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA</u>	54
<u>4.7 DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS</u>	57
<u>CONCLUSÕES</u>	61
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	62
<u>ANEXOS</u>	65

INTRODUÇÃO

Os consideráveis investimentos estrangeiros que se têm verificado na indústria extractiva moçambicana têm intensificado o debate sobre o impacto dos megaprojetos na economia nacional. A questão que se tem levantado é sobre o contributo dos mega-projectos para o desenvolvimento social e económico do País. Ou seja, há um conjunto de expectativas de diferentes membros da sociedade perante as mudanças que este tipo de projetos provoca ao nível nacional. A responsabilidade social empresarial tem sido adoptada pelos mega-projectos como uma forma particular de responder a estas inquietações de desenvolvimento, sobretudo ao nível das comunidades locais onde os mega-projectos operam.

Uma padronização da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) pode ser encontrada na definição da Comissão Europeia (2001), que agrupa este conceito nas seguintes dimensões: A de natureza interna, externa e ambiental. A responsabilidade social interna abrange as práticas responsáveis das empresas que condicionam os trabalhadores. Na perspetiva de Alineri (2008), a responsabilidade social interna focaliza os funcionários das empresas e seus dependentes, e o seu objetivo é motivá-los para um desempenho óptimo, criar um ambiente de trabalho favorável e contribuir para seu bem-estar.

Para esta autora as acções de gestão de responsabilidade social interna compreendem os programas de contratação, selecção, treinamento e manutenção de pessoal, que são realizados pelas empresas em benefício dos seus funcionários, bem como os demais programas de benefícios voltados para a participação nos resultados e atendimento aos dependentes (Alineri,2008).

Na sua vertente externa a responsabilidade social empresarial compreende as relações da empresa e sociedade na medida em que, tal como afirma Tourinho (2007) citado por Alineri (2008), a empresa procura reduzir as diferenças entre a comunidade, bem como recompensar a mesma pelo uso dos seus recursos. De acordo com a Comissão Europeia (2001), a Responsabilidade Social externa está associada ao contexto territorial, quer local quer global, que inclui, a cadeia de fornecimento e de clientes, os consumidores, a promoção do desenvolvimento local, os direitos humanos. Deste modo na dimensão externa da RSE, a empresa se compromete com os actores externos de modo a responder as expectativas dos mesmos.

No que concerne ao ambiente, a responsabilidade ambiental das empresas é um conjunto de atitudes, individuais ou empresariais, voltadas para o desenvolvimento sustentável. Assim uma empresa ambientalmente responsável procura minimizar os impactos negativos das suas atividades ao ambiente (Santos, 2003)¹. Este projecto contempla a dimensão externa da responsabilidade social, mais concretamente nas relações que a empresa tem com as comunidades. O estudo da responsabilidade social na sua vertente externa constitui um caminho para a compreensão do tipo de expectativas que são criadas no seio das comunidades confrontadas com a presença destes empreendimentos, e também visa compreender a forma que estas empresas percebem estas expectativas, como reagem perante estas. Por um lado, a escolha da dimensão externa da responsabilidade social, permite-nos compreender até que ponto a RSE pode ser considerada uma alternativa de desenvolvimento local. Por outro lado, procuramos entender o que motiva a “boa vontade” dos megaprojetos, que investem em acções de carácter social em Moçambique.

Este estudo tem como objecto de pesquisa a Responsabilidade Social Empresarial do Megaprojeto Mozal. O nosso principal objectivo é de analisar as perceções e significados das comunidades locais sobre a participação no processo de tomada de decisão sobre as práticas de RSE da empresa Mozal. Para o alcance deste objetivo, iremos identificar de forma específica, as formas de diálogo que são usadas entre a empresa e a comunidade no processo de identificação dos problemas e necessidades das comunidades; Identificar o nível de conhecimento das práticas de RSE externa da Mozal no seio das comunidades.

Neste estudo partimos do pressuposto de que embora a RSE se relacione com a filantropia e com a caridade, este conceito vai para além destes elementos de modo que os beneficiários da RSE nas comunidades não são meros agentes passivos sujeitos a depender da boa vontade das empresas, mas são parceiros legítimos que almejam participar no desenvolvimento das suas comunidades, através da criação e implementação de projectos socialmente responsáveis, de modo a que estes sejam sustentáveis, e que as comunidades não sejam eternos dependentes da caridade das empresas. Assim a RSE, mais do que filantropia e caridade, é uma cultura de gestão das empresas que prima por princípios éticos e morais vigentes numa sociedade.

¹DOS SANTOS, Mário Augusto. (2003). Empresas, Meio Ambiente e Responsabilidade Social: Um olhar Sobre o Rio de Janeiro.

Ao nível social, a escolha do tema sobre a RSE em Moçambique, com particular foco na atuação da Mozal na vida das comunidades, é um contributo ao debate que já tem acontecido, sobre o desenvolvimento social e económico que é esperado com a atuação dos megaprojetos, das multinacionais estrangeiras. Ao nível da sociologia a escolha deste tema é uma oportunidade de discutir a RSE com novas perspectivas de análise, visto que este tema já tem sido alvo de estudos em ciências como a administração, economia, gestão, entre outras, e por esta via através da sociologia podem ser levantados novos problemas e sugestões de pesquisa.

Em termos de motivação pessoal, pesaram a curiosidade despertada no autor pelo tema da Responsabilidade social Empresarial, que embora não sendo um novo tema, tem a capacidade de despertar animosidades em alguns círculos de opinião da sociedade Moçambicana. O autor sendo membro desta mesma sociedade, não poderia deixar de dar o seu contributo para reflexão do tema, com o auxílio da sociologia.

Por outro lado a questão da participação comunitária em matérias de RSE dos megaprojetos, já deu provas de ser em algum momento, um terreno aberto a diversas interpretações, tanto por parte dos que implementam, como também das comunidades que dela se beneficiam. Embora tenham sido feitos esforços na teorização da RSE, nota-se que ainda persistem lacunas da sua implementação ao nível empírico. Estas deficiências do entendimento e de implementação da RSE trazem consigo um potencial de conflito, dos quais podemos citar os casos dos megaprojetos da Companhia Vale Moçambique em Tete, Kenmare em Nampula, que são alguns exemplos, onde as comunidades reivindicaram condições dignas de reassentamento e por uma atitude mais responsável destas empresas (CIP, 2010, 2011).

Portanto a partir de um estudo de caso do mega-projecto Mozal, procuramos compreender os processos de interação e diálogo entre a comunidade, na elaboração de ações direcionadas ao bem-estar das comunidades locais. Ou seja, há que perceber até que ponto a comunidade é ouvida na elaboração e implementação das ações que a empresa faz.

A Mozal foi o nosso palco de trabalho, onde nos concentramos nas ações e projectos que a empresa desenvolve no âmbito das práticas de RSE, e cujos beneficiários são as comunidades circundantes. O estudo foi realizado entre os meses de Junho de 2014 a Junho de 2015, na Província de Maputo, distrito de Boane, concretamente na localidade de Chinonanquila. A

escolha deste local tem a ver com o critério de proximidade, adotado pela Mozal, onde a RSE abrange as comunidades situadas num raio de 20 km da Mozal, e por consequência disto, a comunidade de Chinonanquila é uma das beneficiadas.

Em termos de estrutura o presente trabalho comporta quatro capítulos. No primeiro capítulo é feita a formulação do problema e o levantamento da hipótese de estudo. No segundo capítulo trazemos a revisão de literatura, na qual inicia com a contextualização da Responsabilidade Social Empresarial.

Ainda neste capítulo discutimos a questão do papel das empresas na sociedade, a relação entre RSE, filantropia e caridade e também, de forma breve, trazemos alguns estudos versados na questão da RSE e apresentamos o referencial teórico e conceptual. No terceiro capítulo é trazida a componente metodológica que foi seguida no processo de investigação. Por último o quarto capítulo é reservado a apresentação, análise e interpretação dos resultados e aos elementos conclusivos e as recomendações.

CAPITULO I

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E HIPÓTESE

Em primeiro lugar há que referenciar que a formulação do problema obedeceu a dois critérios nomeadamente: No primeiro, a literatura consultada permitiu constatar algumas questões em aberto e não resolvidas no debate sobre a responsabilidade social empresarial. O segundo aspeto tem a ver com o interesse do autor pela crescente divulgação e promoção da responsabilidade social no contexto empresarial em Moçambique. Na visão de Crowther e Aras (2008), existe um certo consenso que relaciona a responsabilidade social empresarial com a preocupação que as corporações e multinacionais tem com o bem-estar das comunidades locais, bem como a preocupação com o meio ambiente, promoção de boas relações laborais, e a qualidade dos produtos das empresas.

Os argumentos a favor da RSE defendidos pela UN Global Compact (2007) apontam elementos como o facto de estas práticas criarem infraestruturas e serviços básicos para as comunidades em redor destas empresas, como escolas, postos de saúde, oficinas, fontenárias, criação de empregos, entre outros, contribuindo assim para a melhoria das condições de vida e para o desenvolvimento local. Santos (2012), por sua vez defende que “o surgimento de empresas socialmente responsáveis é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento endógeno, fazendo com que a empresa crie ativos na relação economia-sociedade-ambiente” (p.90).

Se este é considerado o lado optimista acerca da RSE, não podemos deixar de destacar autores que, embora não estando contra estas práticas ao nível dos megaprojetos, são cépticos em relação aos benefícios e a sua pertinência. No caso de Moçambique, as críticas lançadas a RSE apontam que o dever dos megaprojetos é do pagamento de impostos e o cumprimento da lei, e que as ações de cariz social devem ser feitas pelo governo (Castel-Branco, 2009; Selemene, 2012). As críticas apontam que os incentivos fiscais concedidos a estas empresas, e a regulação reduzida pelo Estado trazem apenas uma pequena porção dos rendimentos e das riquezas geradas por estas actividades. Desta forma as empresas são acusadas de usar a RSE como uma capa para não cumprirem as suas obrigações fiscais (Tourinho, 2007).

A linha que usamos neste estudo, não pretende se limitar a uma crítica dogmática ou a uma celebração exacerbada da RSE, visto que esta prática tem suas vantagens e desvantagens. No entanto, nos questionamos se as comunidades locais que são abrangidas pela RSE tomam parte activamente destas práticas, através de processos de participação, negociação, tomada de decisão ou são actores passivos que dependem da caridade esporádica e boa vontade destas corporações e multinacionais?

Este questionamento é feito pelo facto de serem as próprias empresas que através da RSE, regulam a sua própria conduta na sua intervenção social nas comunidades e frequentemente apontam os aspetos positivos das suas atividades nos seus relatórios de prestação de contas. Neste processo as comunidades que se beneficiam da RSE, raras vezes tem a oportunidade de intervir e de concordar ou discordar do posicionamento das empresas. Nesta senda, pesquisas feitas no campo da RSE, analisam a atuação social das empresas nas comunidades, realçando as questões de participação, negociação e tomada de decisão dessas mesmas comunidades.

Na América-Latina, José De Echave (2006) afirma que as companhias mineradoras e petrolíferas têm desempenhado um papel crucial do desenvolvimento socioeconómico de Peru principalmente a partir de 1990. No seu estudo analisa os processos de tomada de decisão das comunidades rurais do Peru, onde operam as empresas mineradoras e petrolíferas. O autor partindo de um estudo nas comunidades rurais de Vicco, Tintaya-Marquiri, e Yauli no Peru, onde funcionam as companhias mineradoras, conduziu um questionário socioeconómico para colher as percepções dessas comunidades sobre o impacto destes projectos nas condições de vida, processos de tomada de decisão e oportunidades futuras nas comunidades.

As conclusões apresentadas por Echave (2006) sustentam que as comunidades ligadas às companhias petrolíferas tem um papel reduzido no processo de tomada de decisão sobre o desenvolvimento das suas zonas, pois as comunidades tendem a negociar com as empresas sem preparação adequada, não definindo objetivos e estratégias, sem obter a informação necessária, sem recursos, consultas e sem capacidade organizacional.

As negociações entre empresas e comunidades estão mais concentradas em esquemas de compensação (pagamento em dinheiro às comunidades pelos reassentamentos das suas áreas de habitação com o surgimento da companhia petrolífera), do que na definição de estratégias de

desenvolvimento a longo prazo. É de recordar que tais compensações contemplam as fases iniciais dos projectos de mineração, ou seja, as companhias não reconhecem o seu papel na responsabilidade social como uma relação contínua no presente e no futuro.

Para Echave (2006) este cenário verifica-se na medida em que estas empresas não se assumem responsáveis pelas mudanças que ocorrem ao nível social e ambiental nas comunidades, causadas pelo seu funcionamento. Assim esquemas de compensação não se baseiam numa relação contínua entre empresas e comunidades, mas representam a busca de soluções rápidas para um problema específico (os reassentamentos).

Questões semelhantes ao contexto latino-americano são levantadas no estudo de George Frynas (2005), que efectuou uma pesquisa no Delta do Níger, na África Ocidental, onde analisou a responsabilidade social empresarial das companhias petrolíferas e de mineração. As indústrias do petróleo e gás são consideradas de líderes na promoção da Responsabilidade Social Empresarial (RSE). As empresas petrolíferas tem cada vez maior ligação com as comunidades locais do que no passado, na medida em que os seus impactos sociais e ambientais são consideráveis.

Este autor defende que as comunidades nesta região tem tido pouca participação nas iniciativas de RSE, pois estas são com frequência desenhadas pelos “ajudantes” em gabinetes das companhias petrolíferas e não através do envolvimento com os beneficiários, ou seja, segundo Frynas (2005), estas abordagens seguem a lógica da RSE ao serviço dos objetivos das corporações. Como se observa:

O não envolvimento das populações locais tem como consequências a dependência mental. Visto que a construção de edifícios e de outros projetos de desenvolvimento não envolvem de forma genuína a população local, estas iniciativas das companhias são vistas como ofertas, e as populações não se sentem como donas destes projetos (Frynas, 2005 p. 590).

Por outro lado as consultas feitas nestas comunidades falham por se limitar às lideranças comunitárias e negligenciam a grande maioria dos beneficiários, sendo feitas uma vez em cada ano (Frynas, 2005). Tais encontros esporádicos têm como resultado, o facto das populações locais fazerem demandas espontâneas, tais como eletricidade, escolas e hospitais, sem tomarem em consideração os custos económicos, os impactos de tais esquemas ou as causas dos problemas comunitários. Nestes termos, tais projectos não podem se manter funcionais sem o contínuo apoio dos “outsiders” que são as companhias.

Assim a participação dos beneficiários tem sido constringida pela falta de habilidades das companhias petrolíferas de gerir as questões de desenvolvimento local através da responsabilidade social empresarial, e também pelas abordagens tecnicistas usadas pelos gestores das companhias no tratamento das questões sociais.

Nesta sequência, destacamos também o relatório da GTZ (Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit) de 2009, que analisa os factores de avanço e de impedimento na criação de práticas de RSE na África Subsaariana. Os resultados do inquérito conduzido em países como Moçambique e África do Sul, apontam que os factores de impedimento da RSE se devem ao facto desta prática ser confundida com a filantropia e a caridade, o que não corresponde com a definição da RSE e nem com o seu engajamento. A mesma pesquisa aponta que neste contexto, existe uma falta de partilha de objetivos entre as comunidades beneficiárias dos projectos de RSE e os respetivos implementadores (as empresas) (GTZ, 2009).

As abordagens aqui arroladas nos levam a constatar que apesar da emergência da responsabilidade social empresarial na esfera internacional, frutos da sua teorização e normatização, a sua implementação ainda é divergente no seio das diferentes empresas e companhias de diversos ramos. As perspetivas de Frynas, Echave, e da GTZ, salientam o facto de a RSE ser implementada do topo para base com pouco envolvimento dos beneficiários.

Ligados a este aspeto, a fronteira entre RSE, caridade e filantropia é pouco clara, o que tem criado disparidades não se sabendo se certas ações fazem parte de uma estratégia de RSE planificada pela empresa, ou se trate de acções momentâneas de boa vontade. Perante este cenário o que dizer da realidade moçambicana, onde através da RSE, especialmente dos megaprojetos, estes últimos tem interagido com as comunidades locais criando impactos de ordem económica, social e ambiental?

Deste modo temos como pergunta de partida: Que percepções as comunidades locais têm da sua participação na tomada de decisão sobre os projetos que a Mozal desenvolve em seu benefício no âmbito das práticas de RSE?

HIPÓTESE

H1: O conhecimento de práticas de RSE da Mozal influencia na percepção que as comunidades têm da sua participação na tomada de decisão dos projectos de RSE.

CAPÍTULO II

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: ORIGENS E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Etimologicamente a palavra responsabilidade deriva do Latim *respondere*. Deste modo responsabilidade é a qualidade de responsável, que responde por actos próprios ou de outrem, que deve satisfazer os seus compromissos ou de outrem. A Responsabilidade social Empresarial é um termo recente, no entanto, a preocupação com a ética nos negócios e as dimensões sociais destas atividades existem há já longo período de tempo. As práticas de negócios baseadas em princípios morais, o controlo da “avidez” e da “cobiça” eram defendidas por pensadores anteriores ao cristianismo como Cícero no Iº século Antes de Cristo. O Islamismo e a Igreja Cristã na idade média condenavam publicamente certas práticas de negócios, com destaque para a usura. (Blowfield e Frynas, 2005).

Numa perspetiva histórica a RSE é uma manifestação atual de debates antigos sobre o papel dos negócios na sociedade. O fenómeno novo neste debate é o facto de estes debates relacionarem a RSE com temas como o desenvolvimento, ambiente, direitos humanos, e tem uma amplitude global em comparação com os períodos anteriores.

A responsabilidade social corporativa era aceite como doutrina nos EUA e Europa até o século XIX, quando o direito de conduzir negócios de forma corporativa era uma questão de prerrogativa do Estado ou Monarquia e não um interesse econômico privado (Ashley, 2000 apud Hood, 1998). Com a independência dos EUA, os estados americanos começaram a aprovar a legislação que permitisse a auto-incorporação (*Self-incorporation*) como alternativa à incorporação por acto legislativo específico, inicialmente para serviços de interesse público, como, por exemplo, a construção de canais, e, posteriormente, para propósitos de condução de negócios privados. Desta forma, até ao início do séc. XX a premissa fundamental da legislação sobre corporações era de que seu propósito era a realização de lucros para seus acionistas (Ashley, 2000).

A questão da responsabilidade e discricionariedade dos dirigentes de empresas tornar-se-á pública com o célebre julgamento na Justiça Americana do caso *Dodge versus Ford*. Tratava-se da amplitude da autoridade de Henry Ford, presidente e acionista maioritário, em tomar decisões que contrariavam interesses de um grupo de acionistas da Ford, John e Horace Dodge. Em 1916, Henry Ford, argumentando a realização de objectivos sociais, decidiu não distribuir parte dos dividendos esperados, revertendo-os para investimentos na capacidade de produção, aumento de salários e como fundo de reserva para a redução esperada de receitas devido ao corte nos preços dos carros (Ashley, *et al*, 2000).

A suprema Corte de Michigan se posicionou a favor dos Dodges, justificando que a corporação existe para o benefício dos seus acionistas e que directores corporativos têm livre arbítrio apenas quanto aos meios de se alcançar tal fim, não podendo usar os lucros para outros fins. A filantropia corporativa e o investimento na imagem da corporação para atrair consumidores poderiam ser realizados, na medida em que favorecessem os lucros dos acionistas. (Ashley, *et al*, 2000).

Desse modo, a prática de ações sociais pelas empresas não era estimulada, sendo até condenada. A responsabilidade social empresarial limitava-se apenas ao acto filantrópico, isto é, uma ação de natureza assistencialista, caridosa e predominantemente temporária, de carácter pessoal, representada por doações de empresários ou, por exemplo, pela criação de fundações americanas, como a Rockefeller (criada em 1913), a Gugenheim (em 1922) e a Fundação Ford (em 1936). (Costa, 2005).

Os percursos modernos da RSE remontam aos boicotes de produtos feitos com trabalho escravo no séc. XIX. Neste percurso, também foi relevante a visão moral de empreendedores como Cadbury e Marks². Também eventos como os processos criminais de Nuremberg³ pelos crimes de guerra na 2ª Guerra Mundial, na qual os directores da empresa Alemã I.G. Farben foram julgados

²Sir George Adrian Hyhurst Cadbury nasceu a 15 de Abril de 1929, foi presidente da Cadbury and Cadbury Scheppes, durante 24 anos. Foi pioneiro no despertar da consciência sobre as boas práticas de governação corporativa, através do relatório Cadbury, que serviu como base de reformas nas grandes corporações do mundo inteiro.

³Os processos criminais de Nuremberg consistiram no julgamento dos considerados 24 maiores criminosos de guerra do Nazismo, ante o tribunal militar internacional (TMI), na cidade alemã de Nuremberg de 1945 a 1946. De entre os julgados constavam Gustav Krupp von Bohlen und Halbach, processado por utilizar trabalho escravo na indústria pesada Krupp AG que dirigiu de 1909 à 1941.

por homicídios em massa e uso de trabalho escravo, contribuíram na chamada de atenção sobre a importância de aspetos éticos nos negócios (Blowfield; Frynas, 2005).

Após os efeitos da Grande Depressão e o período da Segunda Guerra Mundial, a noção de que a corporação deve responder apenas aos interesses dos seus acionistas sofreu ataques na academia, principalmente pelos trabalhos de Berle e Means, *The Modern Corporation and Private Property* (Berle e Means, 1932, *apud* Frederick, 1994), argumentando que os acionistas eram passivos proprietários que abdicavam controle e responsabilidade para a direcção da corporação. Estes eventos históricos destacados criaram um ambiente para uma aceitação gradual da responsabilidade social no contexto académico. Suzana Leal (2005) destaca as fases importantes que marcam este percurso até às modernas formulações da responsabilidade social.

Com efeito a responsabilidade social empresarial começa a sofrer uma crescente formalização enquanto conceito a partir da década de 1960. Dos contributos mais relevantes destacam-se Davis (1960, 1967), McGuire (1963), Davis e Blomstrom (1966) e Walton (1967). McGuire (1963) defendeu a ideia de que a responsabilidade social supõe que a empresa não tem apenas obrigações legais e económicas mas também algumas responsabilidades para com a sociedade. Por sua vez, Walton (1967) destaca que o conceito de responsabilidade implica uma intimidade da relação entre empresa e a sociedade, e defende que tal relação deve ser lembrada pelos gestores de topo à medida que a empresa e os grupos relacionados prosseguem os respectivos objetivos (Leal, 2005).

Na década de 1970 proliferam as definições da RSE, tendo-se destacado a definição de Davis (1973, p. 312) que define a RSE como: “consideração e resposta das empresas a questões que ultrapassam os seus aspectos económicos, técnicos e legais”. Para este autor a responsabilidade social começa onde a lei termina. No mesmo contexto Carroll (1979, P.500) defendeu que: “A responsabilidade social de um negócio envolve as expectativas económicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem em um determinado período de tempo”. Ora esta definição apresenta quatro componentes, onde se espera que a empresa produza bens e serviços e que os venda com lucro (componente económica), que respeite a lei (componente legal), que tenha comportamentos éticos e respeite as normas (componente ética) e que de forma voluntária desempenhe papéis que beneficie a sociedade (componente discricionária ou filantrópica).

Na década de 1980 surgiram menos definições de RSE e mais aplicações e estudos empíricos sobre o tema. Em 1984, Drucker defendeu a ideia de que a rentabilidade e a responsabilidade são noções complementares, bem como, a ideia de que é desejável para os negócios a “concessão” das responsabilidades sociais em oportunidades de negócio. Tal como referido por Drucker (1984: 59) apud Leal (2005) “*To do good in order to do well*”, isto é, converter as necessidades e problemas sociais em oportunidades de negócios rentáveis era, na época, raramente considerado pelos que advogavam a responsabilidade social. Ou seja, a primeira responsabilidade social de qualquer negócio deverá ser ter proveitos suficientes para cobrir os custos do futuro (Drucker, 1984, p. 62 apud Leal, 2005).

No período posterior a 1990 têm sido desenvolvidos conceitos complementares aos da responsabilidade social, tais como, *corporate social responsiveness*, *corporate social performance* (CSP), *public policy*, ética nos negócios, gestão dos stakeholders, etc.

2.1.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

Durante as últimas três décadas, Moçambique sofreu profundas transformações socioeconómicas, jurídicas e políticas. Após o fim da guerra civil dos 16 anos em 1992, Moçambique tem vindo a registar um dos mais altos crescimentos económicos no continente africano, com um crescimento estimado na ordem dos 7% na última década. (Brynildsen e Nombora, 2013). Dispondo de uma vasta reserva de recursos naturais, Moçambique tem sido um dos destinos privilegiados do investimento direto estrangeiro.

Assim as empresas multinacionais que exploram estes recursos naturais são consideradas actores-chaves na divulgação da Responsabilidade social empresarial em Moçambique. As companhias multinacionais estão engajadas em atividades de Investimento Social Corporativo (CSI), como parte do compromisso com o governo, e por esta via se beneficiam de benefícios fiscais e administrativos. (Global Compact, 2007).

No que diz respeito às pequenas e médias empresas do sector privado local, existe pouco envolvimento destas nas iniciativas de responsabilidade social empresarial, na medida em que a

RSE não é vista por estas empresas como uma estratégia chave para os seus negócios, mas sim, a RSE está dependente de recursos financeiros disponíveis.

Do lado governamental, a RSE é da tutela do Ministério da Mulher e Ação Social (MMAS). O papel fundamental do ministério é de promover a cidadania empresarial, liderança política em questões chave, coordenar as atividades de RSE a nível central e descentralizado, garantir o conhecimento da perspetiva governamental da RSE. Em 1994 o governo moçambicano aprovou a lei nº 4/94 de 13 de Setembro, iniciativa da qual contribuiu a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade. Esta lei permitia a isenção fiscal das companhias que doassem valores monetários para o desenvolvimento de iniciativas sociais e culturais.

No que concerne as empresas detidas pelo estado, é importante notar que durante duas décadas, constituíram os principais atores corporativos em Moçambique. Após a adoção de políticas de privatização pelo governo no princípio dos anos 90, parte considerável das empresas detidas pelo estado, foram privatizadas. No entanto algumas destas empresas não sobreviveram tendo as suas atividades reduzido a níveis mínimos, tal não se verificou com as companhias responsáveis pela prestação de serviços como abastecimento de energia, telecomunicações e transporte. (UN Global Compact, 2007).

A noção de responsabilidade social das empresas detidas pelo estado estava relacionada com o sentido de prestígio nacional, onde estas eram chamadas a contribuir financeiramente em situações conjunturais como calamidades naturais. Por outro lado as suas ações se resumiam a construção de infantários para os filhos de funcionários, e apoio a iniciativas desportivas e atividades recreativas. Os investimentos sociais nestas empresas não seguiam estratégias ou políticas específicas. (UN Global Compact, 2007).

2.1.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL, FILANTROPIA E CARIDADE

As dificuldades na compreensão do conceito de responsabilidade social, por vezes levam a uma associação do mesmo com o conceito de filantropia. No entanto existe uma diferença entre ambos, e tal como afirma Elenice Santos (2003), a responsabilidade social não é sinónimo de filantropia, mas representa a sua evolução ao longo do tempo. Através da digressão pelas diferentes análises

sobre a filantropia, pudemos constatar que a sua definição é feita em função da primazia deste conceito em relação a responsabilidade social no seu todo.

As posições sobre a relação da filantropia com a responsabilidade são divergentes: por um lado certas correntes afirmam não existir qualquer relação entre a filantropia e a responsabilidade social das empresas; por outro lado a filantropia é abordada como um dos pilares da responsabilidade social e como uma estratégia de gestão das corporações, e por fim ela é também analisada como uma estratégia de marketing das empresas.

A Filantropia é uma acção de caridade dirigida à comunidade, desvinculada do planeamento estratégico da empresa. De acordo com Maia (2002) *apud* Santos (2003), a filantropia difere da responsabilidade social, na medida em que a filantropia é uma acção social, seja ela praticada isoladamente ou sistematicamente, e nada diz sobre a visão da empresa e sobre o seu plano estratégico. Diferem também quanto a divulgação, porque na filantropia não se procura associar a imagem da empresa com a acção social, e nos compromissos de responsabilidade social existe transparência na atuação da empresa para multiplicar as iniciativas sociais. (Araújo, 2002).

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2002), instituição brasileira que se dedica à disseminação da prática da responsabilidade social empresarial, distingue a filantropia da responsabilidade social nos seguintes termos: “A filantropia trata basicamente da acção social externa da empresa, tendo como beneficiário principal a comunidade em suas diversas formas (conselhos comunitários, organizações não-governamentais, associações comunitárias etc.). A responsabilidade social faz parte do planeamento estratégico da empresa, é um instrumento de gestão”.

Keith Diener elabora o conceito de filantropia corporativa, e defende que a filantropia é um dos pilares da pirâmide da responsabilidade social empresarial, no entanto ela se distingue dos outros três pilares: Responsabilidade económica, legal e ética (Diener, 2013). Os modelos de filantropia são distinguidos entre filantropia estratégica e a filantropia não-estratégica, tendo como base o impacto da filantropia na promoção dos objetivos da empresa (McAlister e Ferrell, 2002 citado por Diener, 2013).

A filantropia não-estratégica, também conhecida como filantropia altruísta ou benevolente, envolve o apoio que as empresas dão ao bem-estar social, sem a preocupação com o impacto financeiro ou nos rendimentos da empresa. A filantropia estratégica, por outro lado, conjuga os dois objectivos: beneficiar o bem-estar social e garantir o lucro da empresa (Mass e Liket, 2011 apud Diener, 2013).

Embora a distinção de filantropia estratégica e não-estratégica seja adoptada com frequência, alguns autores optam em classificar a filantropia de acordo com a motivação da empresa ou dos negócios (Diener, 2013). Porter e Kramer, como exemplo, identificam três categorias de filantropia: filantropia de obrigação comunal, filantropia de boa vontade, e filantropia de doação estratégica (Porter e Kramer, 2002).

A filantropia de obrigação comunal tem como definição “o suporte do bem-estar cívico, apoio a organizações educacionais, tendo como motivação o desejo das empresas de serem bons cidadãos” (Porter e Kramer, 2002, p.15). A filantropia de boa vontade são contribuições a causas apoiadas pelos empregados da empresa, clientes, ou líderes comunitários, onde a motivação da empresa é a necessidade de melhorar as relações com estes parceiros. (Porter e Kramer, 2002). Finalmente Porter e Kramer definem a filantropia de doação estratégica como a acção voltada para o aumento da competitividade no contexto empresarial. (Porter e Kramer, 2002).

A motivação da empresa para o engajamento em ações de cariz filantrópico é sem dúvidas importante, todavia outras análises buscam compreender a filantropia numa perspectiva de utilidade de marketing. Varadarajan e Menon (1988) , examinam o alinhamento da filantropia com o marketing para os interesses da empresa. Este fenómeno conhecido como marketing causal é definido como o processo de formulação e implementação de actividades de marketing caracterizadas pela oferta da empresa em forma de contribuição, de uma quantia específica para uma dada causa.

Diener (2013) faz uma distinção entre a filantropia e caridade, que não raras vezes, são tomadas como conceitos sinónimos. A caridade se distingue da filantropia corporativa, pois ela é uma acção da empresa fora dos motivos convencionais que são a ajuda comunitária e a melhoria dos negócios da empresa. Nestes termos a caridade nunca pode ser vista como filantropia e vice-versa, porque a filantropia envolve o requisito adicional de maximizar os objetivos da empresa.

Na vida quotidiana das empresas, em algum momento, podem existir interpretações díspares sobre a RSE, filantropia e caridade. Todavia embora as empresas pratiquem a filantropia e caridade, estas podem não estar relacionadas ao conceito global de responsabilidade social, na medida em a RSE engloba o pensamento estratégico da empresa, e mais ainda, implica a sustentabilidade das ações da empresa de modo a dar certa autonomia a seus beneficiários; implica a prestação de contas ao público das ações da empresa na vertente social, e também a questão da transparência nos procedimentos da RSE (Crowther e Aras, 2008).

Embora a filantropia e a caridade sejam elementos da RSE, se forem praticadas de forma esporádica e contingencial (ex: em caso de calamidades naturais), mesmo reconhecendo os benefícios destas ações para as comunidades, nada dizem acerca do pensamento estratégico da empresa a longo prazo. Isto nos conduz ao argumento que é transversal a este estudo, no qual sustentamos que os beneficiários das práticas de RSE, seja ela filantrópica ou não, devem ser actores participativos na definição dos projetos ligados a ela. Por outras palavras quando se fala de filantropia e caridade, estamos perante a ações que são levadas a cabo sem grande envolvimento dos beneficiários, sendo que estes são apenas actores passivos, dependendo da boa vontade das empresas.

2.1.3 PAPEL DAS EMPRESAS NA SOCIEDADE

A discussão sobre a responsabilidade social empresarial na actualidade tem suas raízes nas ideias sobre a relação entre empresas e a sociedade. Quais são as expectativas e o papel que se exige das empresas perante os diversos actores sociais tais como a sociedade civil, governo, comunidades, ONG`s, etc? Nesta etapa procuramos analisar a evolução e o contexto da relação entre empresa e sociedade, e sobretudo destacar os marcos teóricos que concebem esta relação nas sociedades contemporâneas.

A compreensão do papel das empresas nas sociedades actuais se enquadra num contexto de economia neoliberal e de livre concorrência, em que o estado redefine o seu papel e objectivos, onde já não possui na sua totalidade a capacidade de provedor de bens e serviços (De Fillippis,

2004), edesta forma, as parcerias privadas e público-privadas procuram preencher este vazio deixado pela “demissão deliberada” do Estado.

Este cenário tem implicações nas concepções sobre a responsabilidade social das empresas, sendo que a sua adopção pode ser uma estratégia adaptativa das empresas a estes novos cenários, como também o resultado de pressões da sociedade para uma gestão ética e moral dos negócios. Através da observação das mudanças nas relações das empresas e da sociedade, Elisabete Siqueira mostra que estas sofreram mutações ao longo dos tempos. Para esta autora a discussão da responsabilidade social é uma tentativa de restabelecer uma tradição de 2000 anos atrás, onde as actividades comerciais estavam intimamente relacionadas com a comunidade (Siqueira et. al, 2009).

O surgimento do comércio na sociedade medieval inaugura uma concepção de mercadoria que atribui ao mercador a imagem de explorador. Contudo, na perspectiva de Siqueira (2009,p.39): “é com a Revolução industrial, cuja conexão está voltada prioritariamente para a produção do lucro, que a distância entre negócios e sociedade é finalmente selada como um antagonismo. “Deste modo os impactos do mundo industrial na dimensão social e ambiental obrigaram os actores sociais a retomarem uma avaliação dos nexos entre corporações e sociedade, e em tal perspectiva, o conceito de responsabilidade social foi sendo construído em diferentes contextos históricos (Panwar et.al, 2006 apud Siqueira, 2009).

As mudanças verificadas no Séc. XX trazem novas dinâmicas no papel das empresas na sociedade. Segundo o autor Dupas (2003, p.71): “O Estado contemporâneo enfrenta crises internas de várias naturezas, entre as quais sua própria reforma, a garantia do crescimento económico sustentável e a questão do desemprego”. Aliados a estes factores juntam-se ainda no mesmo período questões como a intensa utilização da tecnologia, ênfase no mercado internacional em substituição do doméstico, a reorganização nas empresas com a finalidade de ampliar a produtividade e não a produção (Siqueira et.al, 2009).

É neste contexto que os movimentos da sociedade civil passam a actuar de modo a preencher o vazio deixado pelo Estado. As grandes corporações percebem então uma nova possibilidade de actuação, que aumenta a sua imagem perante toda sociedade. Essa actuação pode ser vista como uma reacção ao modelo económico imposto pelas políticas neoliberais, que por esta via promoveu

a abertura comercial, a internacionalização das empresas e o livre fluxo de capitais (Dupas, 2003). Assim a demanda por acções socialmente responsáveis passou gradualmente do Estado para as empresas inclusive por incentivo das associações civis, também chamadas de terceiro sector.

O papel das empresas na sociedade foi analisado por diferentes perspectivas teóricas, tendo-se destacado, as teorias instrumentais, as teorias integrativas, e também pelas contribuições teóricas da sociologia da empresa. A teoria instrumental tem sua origem nas perspectivas utilitaristas desenvolvida por Bentham, Locke, Js. Mill e Adam Smith, que olham para os homens como seres racionais que para o alcance dos seus objetivos, analisam os seus custos e benefícios (Turner, 2005). O interesse individual é central à perspectiva utilitarista.

Seguindo esta vertente alguns autores defendem que as empresas devem funcionar para realização do benefício próprio. Milton Friedman (1970) sobre este aspeto enunciou a célebre frase: “só existe uma única responsabilidade dos negócios – usar seus recursos e desenvolver actividades destinadas a aumentar os seus lucros, desde que esta respeite as regras do jogo, o que quer dizer, a companhia deve se engajar na livre competição, sem recurso a fraude ou engano.” Assim a RSE é apenas uma ferramenta estratégica para as empresas atingirem os seus objetivos económicos.

As teorias integrativas, ao contrário da abordagem instrumental, analisam a forma como as empresas integram as demandas sociais. Assim as demandas sociais são geralmente consideradas como as formas pelas quais a sociedade interage com as empresas, e dá uma certa legitimidade e prestígio a empresa. A abordagem do contrato social partilha alguns aspectos com a teoria integrativa, na medida em que a empresa estabelece um contrato com os membros da sociedade, e em troca ela ganha legitimidade, pertencentes a sociedade. Um crescente número de autores tem reconhecido que as actividades de uma organização têm impacto no ambiente externo.

Robert Dahl (1972) defende que “qualquer grande corporação deve ser vista como um empreendimento social, isto é, uma entidade cuja existência é justificada para servir causas públicas ou sociais” (p. 18). Já Carroll (1979) nesta vertente, afirma que os negócios acompanham as expectativas económicas, legais, éticas e discricionárias que as sociedades têm das organizações num dado contexto temporal.

No campo da sociologia a discussão do papel das empresas na sociedade, embora não muito divulgada, tem recebido importantes contribuições de sociólogos como Sainsalieu, Sagrestin, e de Kirschner. Para Ana Kirschner (2009), as empresas são uma construção social na acepção original do termo, pelo facto de em que questões como eficiência, competitividade e qualidade podem ser vistas a partir do papel social que cabe às mesmas assumir em tempos de globalização e de reformas no mercado (Kirschner, 2009 citado por Tsamba, 2008).

Por outro lado, esta autora partilha alguns aspectos da visão contractualista ao defender que nos dias de hoje a empresa age como um actor político, buscando novas formas de legitimidade, daí que atualmente, a sua sustentabilidade reside na capacidade que ela tem de ampliar o espaço de convergência entre seus interesses e os interesses de diferentes actores: accionistas, empregados e *stakeholders* (*comunidade, clientes, sociedade civil, etc*), (Kirschner, 2009).

Ainda nesta vertente Michel Liu (1992) considera que a empresa na actualidade deve ser considerada como um sistema aberto, pois conjuga as noções de autonomia e dependência em relação aos ambientes em que se insere. Ou seja, a empresa está num processo contínuo de trocas, de tal modo que esta sofre diferentes tipos de constrangimentos do meio em que actua, sendo estes de natureza económica, técnica, política, cultural, entre outros, e por outro lado ela devolve à sociedade algo diferente daquilo que recebe.

Sainsalieu (1977), considerado fundador da sociologia da empresa francesa, citado por Kirschner (2009), considera a empresa como uma realidade humana viva que dispõe de uma vasta gama de recursos diferenciados. Estas agregações de indivíduos transformam-se em actores sociais. É nesta vertente que devemos considerar que embora a função principal da empresa seja a económica, através da produção de lucros, há que reconhecer que na actualidade as empresas conseguem estender a sua influência nas tomadas de decisão, na criação das políticas públicas e na criação de leis de modo a salvaguardarem os seus interesses no mercado (Borger, 2001). Ou seja a empresa não é uma instituição isolada, mas ela própria influencia na própria sociedade, e sofre influências desta última.

Desta forma o radicalismo da teoria instrumental, que defende que a empresa só se destina ao lucro dos seus accionistas, nos dias de hoje tem apresentado grandes limitações. É deste modo que a RSE, tanto ao nível discursivo, como também a nível prático representa a simbiose dos fins

lucrativos da empresa e a resposta das demandas sociais por uma atuação responsável e que contribua para o bem-estar da sociedade no seu todo. Assim o papel das empresas na sociedade actual, passa por esta responder cabalmente estes dois objetivos.

2.1.4 MOTIVAÇÕES DA RSE

As motivações que justificam as práticas da RSE das empresas nas sociedades capitalistas de hoje têm uma origem diversificada e complexa. De acordo com Almeida (2010) as justificativas para o exercício da RSE podem ser distinguidas segundo as suas motivações, que podem ser internas e externas. As motivações internas têm origem na consciência individual do decisor ou no desejo de integração no meio social e económico, por meio de identificação com o discurso e práticas dominantes (Almeida, 2010). As motivações externas têm origem na pressão exercida pelo mercado para a adopção de uma prática geradora de vantagens competitivas, como também uma forma de legitimar a empresa perante o público (Almeida, 2010).

A abordagem de Santos (2012) apresenta um conjunto de motivações de natureza reactiva do que proactiva por parte da empresa. São três as motivações que o autor apresenta. Em primeiro lugar se situam as pressões dos clientes, e a cedência a esta pressão, é um mecanismo de acesso ao mercado; Em segundo lugar as motivações de natureza defensiva ou reactiva, têm subjacente a tentativa de melhorar a imagem da empresa ou de restaurar a confiança perdida; Em último, as empresas através da RSE visam limitar a intervenção pública nos seus negócios, passando a ideia de que têm capacidade por elas próprias, de pautarem o seu código de conduta e produzirem o seu quadro de regras de funcionamento para além do exigível pelo Estado.

Em jeito de síntese, entendemos que a motivação da RSE é o resultado do cruzamento de factores internos e externos. No contexto dos modelos de produção capitalista, as empresas procuram legitimar a sua existência perante a sociedade contribuindo para o bem-estar comum e melhoria das condições de vida nas comunidades, e ao mesmo tempo gerando lucro para seus acionistas. Deste modo, Almeida (2010) defende que as grandes transformações se dão ao nível da sociedade e estas influenciam nas mudanças de comportamento das empresas.

Se nos primórdios da revolução industrial e no advento do capitalismo as empresas não tinham preocupações com os impactos sociais e ambientais das suas actividades, na actualidade a sociedade civil é mais exigente na responsabilização das empresas pelos seus actos. Assim a RSE se torna numa questão de sobrevivência das empresas num mundo cada vez mais competitivo. Deste modo realçamos que a RSE não é uniforme no seu todo pelo facto das suas motivações serem diversas. Os autores são unânimes em aceitar que a mudança da estrutura social influencia a mudança dos comportamentos dos gestores das empresas e corporações, que passam a pautar pela ética empresarial na gestão dos seus negócios, como também na relação com os seus parceiros.

2.1.5 ESTUDOS SOBRE A RSE E PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES

Nesta secção são apresentados estudos realizados no âmbito das relações entre comunidades e as companhias dos diversos ramos industriais. Estes estudos devem ser contextualizados nas condições socioeconómicas onde foram realizados, e deste modo as suas respostas tem uma validade não passível a generalizações. Todavia, eles são ilustrativos das diversas formas como a responsabilidade social das empresas é praticada em alguns contextos.

A interação entre as comunidades rurais de países da América Latina como o México, Peru e Bolívia, com as Multinacionais das indústrias mineradoras e petrolíferas, bem como o papel destas indústrias para o desenvolvimento local e regional, foi um tema estudado por Clark e North (2006) tendo destacado em particular os processos de negociação entre comunidades e corporações no desenho de projectos de desenvolvimento local, através da responsabilidade social empresarial.

A procura de minerais preciosos como ouro, cobre, prata, e a prospeção de petróleo não são recentes na América Latina remontando ao século XVII, no auge dos descobrimentos do Império Espanhol, em regiões que correspondem hoje ao México, Peru e Bolívia, conhecidos pelo seu rico potencial mineral. As explorações mineiras nestas regiões ganharam maior impacto no final dos séculos XX e início do séc. XXI, encabeçadas por Multinacionais Canadenses.

As reformas estruturais da economia, conhecidas como “*Washington Consensus*” (o mesmo que consenso de Washington), na qual grande parte dos países da América Latina aderiu à economia neoliberal, criaram um cenário no qual o estado já não exercia uma interferência directa na economia, e se abriu o espaço nos quais empresas e comunidades procuram impor suas visões distintas de desenvolvimento para preencher o vazio deixado pelo Estado. (Clark e North, 2006).

Os interesses das corporações – maximização dos dividendos para os acionistas, margem de lucro, participação no mercado – colidem com as demandas das comunidades locais como criação de empregos, investimento, compensações por reassentamentos e proteção ambiental.

De acordo com Clark e North (2006), nas negociações entre corporações e as comunidades os desequilíbrios de poder entre ambas é considerável. Por um lado, as corporações têm em seu dispor, uma série de recursos e influências e ainda o suporte do Governo Canadense e das Instituições Financeiras Internacionais. Por outro lado, as comunidades onde operam estas corporações se encontram numa situação de pobreza resultantes de um processo centenário de marginalização. (Clark e North, 2006, p. 6).

Para fazerem face a este criticismo, estas corporações avançaram com o conceito de Responsabilidade Social Empresarial e diálogo dos Stakeholders (partes interessadas). Embora passos consideráveis fossem dados em alguns aspectos, na visão de Clark e North (2006) a RSE reforça a retirada do Estado com o argumento de que as empresas podem gerir seus próprios assuntos. O que está implícito neste conceito é a noção de que não só os interesses das empresas e das comunidades são semelhantes, mas também que as diferenças entre os dois são quantitativas (uma questão de dólares e centavos), do que qualitativas (baseadas em diferentes visões sobre desenvolvimento).

O conceito de stakeholders aparece como complemento da Responsabilidade Social Empresarial, e reforça a ideia de interesses compatíveis – onde cada membro tem um interesse ou uma parte no todo representado pelo projeto. Questões sobre quem e como alguém se torna um stakeholder, e os direitos das várias comunidades de rejeitar os investimentos mineiros, representam diferenças de poder que raramente são tomadas em conta no conceito de Stakeholder. (Clark e North, 2006).

A responsabilidade social empresarial das corporações mineiras na América Latina, e as suas relações com as comunidades rurais, foi o tema do estudo de John Kuyek, tendo como ponto principal as formas como são conduzidos os diálogos e negociação sobre as contribuições destas corporações para o desenvolvimento local. Desde a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro em 1992, a ideia de que o sector privado por si só poderia criar instrumentos para regular as suas actividades, de modo compatível com os objectivos da sociedade, começou a ganhar impacto. No entanto para Kuyek (2006), existem questões a serem levantadas em relação à compatibilidade da geração de lucros e a maximização de dividendos, com o desenvolvimento sustentável.

A responsabilidade social empresarial, de acordo com Kuyek (2006,p.214): “representa o esforço das corporações de definirem unilateralmente os termos de debate com relação às comunidades”. O diálogo entre as corporações e as comunidades onde decorrem estes projectos mineiros tem como plataforma o conceito de *multistakeholder-dialog* (diálogo das partes interessadas), ou seja, as partes que se consideram como fundamentais para o funcionamento das corporações (accionistas, fornecedores, clientes e as comunidades locais). No entanto para Kuyek (2006), o termo *stakeholder* é passível de conduzir ao erro:

Tal como os governos, as comunidades onde funcionam os projetos das companhias mineradoras, não podem ser enquadradas como “stakeholders”, na medida em que estas têm direitos e responsabilidades pelas suas terras que estão para além do interesse das empresas mineradoras. Ou seja os membros das comunidades não são apenas partes interessadas nos projetos, mas sim, detentores legítimos cuja identidade, autonomia e sobrevivência cultural está intimamente ligada com a sua ligação com a terra. (Kuyek, 2006, p. 215).

O modelo de negociação que tem como base a retórica dos *stakeholders* (partes interessadas) ignora o facto de existirem diferenças de poder e recursos entre os diferentes actores. As corporações têm recursos para o engajamento em discussões infundáveis com os representantes das comunidades, ao mesmo tempo em que conduzem as suas actividades. As corporações têm capacidade para desencadear lobbys com o governo, iniciar novos projectos e manipular os media. Para Kuyek (2006, p.217): “Aqueles que organizam as mesas de negociação, tem uma vantagem estratégica, na medida em que, seleccionam previamente de forma limitada os actores que representam os interesses da sociedade.”

2.2 QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL

A fenomenologia de Alfred Shutz busca compreender os mecanismos pelos quais os indivíduos atribuem sentido ao mundo que lhes rodeia. Os indivíduos são conscientes das suas experiências no seu quotidiano, sendo que estes atribuem significado a estas experiências. Deste modo “as experiências são apreendidas, distintas, acentuadas, marcadas, uma com relação a outra. Estas experiências que foram constituídas como fases de um fluxo de duração, tornam-se agora objectos da atenção como experiências constituídas” (Shutz, 1979, p.63).

É neste processo de atenção, ou seja, na reflexão do sujeito que o individuo atribui sentido às suas experiências. No entanto “só uma experiência passada, isto é, uma experiência vista em retrospectiva, como já acabada e terminada, pode ser chamada de significativa” (Shutz, 1979,p.63). Para Shutz a atribuição de sentido às experiências e acções do indivíduo não resultam exclusivamente da mente produtora de sentido, mas da conexão entre diversas mentes em interação no processo social (Castro, 2012). Deste modo não faz sentido falar de subjectividade, mas sim de intersubjectividade, que é uma categoria que refere ao que é comum a vários indivíduos, ou seja, os significados são produzidos a partir da intersubjectividade.

O processo intersubjectivo da percepção das experiências sociais é formado pelos seguintes processos: reservas de experiência, tipicidade da vida cotidiana e estruturas de pertinência. A noção de reservas de experiência se refere à sedimentação dos saberes herdados pelo indivíduo, seja por meio de suas experiências próprias, seja por meio de seus educadores – ou seja, sejam eles de natureza prática ou teórica (Schutz, 1987, p.12). A segunda noção, a de tipicidade da vida cotidiana, é contígua à primeira: refere-se ao modo pelo qual as diversas experiências sociais se conformam com base num modelo anteriormente estabelecido. (Castro, 2012).

Por ter tipicidade a experiência do mundo tida pelos indivíduos, o conhecimento não é solipsista. Por serem herdadas e transformadas na duração da vida essas tipicidades, o conhecimento é intersubjetivo. A terceira noção, a de estruturas de pertinência, refere-se às formas de controlo, pelos indivíduos, das diversas situações sociais. Elas podem, segundo Schutz, ser de três tipos:

temática, interpretativa ou motivacional, segundo a maneira como se produzem, em relação à situação social que objetivam. (Castro, 2012).

O homem possui um estoque de conhecimento à mão que lhe serve como um código de interpretações de suas experiências passadas e presentes, e também determina sua antecipação das coisas que virão (Shutz, 1979). Tal como Garfinkel, podemos afirmar que o homem não é um idiota cultural, que simplesmente produz a estabilidade da sociedade, mas que ele interpreta o mundo social com recurso as suas experiências passadas e com situações presentes, atribuindo significados aos objectos sociais no qual se relaciona.

A busca do referencial teórico da fenomenologia é pertinente para esta pesquisa pois este quadro enfoca nos aspectos mais corriqueiros da vida social, e tem como foco central a acção social. Assim há uma ênfase na forma como os indivíduos gerem a sua própria identidade, e a ideia de que a realidade social existe nas representações dos membros da sociedade. É no seio das comunidades que podemos extrair os significados que indivíduos atribuem aos projectos de responsabilidade social. Por outro lado tanto as comunidades como o megaprojecto da Mozal, são entidades que possuem zonas de relevâncias, ou seja, tem interesses que guiam as suas acções nas interações sociais.

Neste processo o sentido das percepções que os membros das comunidades atribuem a sua participação na tomada de decisão destes projectos de RSE, não se dissocia das expectativas que estes membros da comunidade têm da Mozal, enquanto um actor social que participa no quotidiano da vida das comunidades. Na mesma linha, a atuação da Mozal nas comunidades através da RSE no passado das comunidades, serve como referência para descrever o sentido que elas atribuem à sua participação, e do seu maior ou menor envolvimento na tomada de decisão.

2.3 DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS

2.3.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A responsabilidade social empresarial (RSE), de acordo com Santos (2012) é um conceito difícil de delimitar porque é essencialmente dinâmico e variável. Neste sentido a amplitude deste conceito por vezes leva a que seja implementado de forma díspar por parte das empresas, quer de acordo com os seus recursos, como também pelo contexto em que se encontram. Uma das marcas distintas do conceito de Responsabilidade social empresarial é a sua relação com a noção de ética.

Para Santos (2012) o conceito de responsabilidade social agrega um imperativo ético ao fazer coisas que melhoram a sociedade, e não fazer aquelas que poderiam piorá-la. Ou seja a responsabilidade social da empresa na perspetiva de Santos (2012, p.83) “é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com os públicos com que se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais conciliáveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade”.

Ashley e Cardoso (2002) definem a responsabilidade social como o compromisso de uma organização para com a sociedade, na medida em que, os actos e atitudes da organização afectam toda a sociedade ou alguma comunidade em particular. A Comissão Europeia (2001) no seu Livro Verde define a responsabilidade social como um conceito segundo o qual “as empresas numa base voluntária decidem contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo” (Comissão Europeia, 2001, p.4). Isto implica para as empresas irem mais além das suas obrigações legais plasmadas nos quadros jurídicos nacionais e internacionais, através de acções como investimento em capital humano, no ambiente, e nas relações com outras partes. (Leal, 2001; Santos, 2012).

A definição de RES que adotamos para este trabalho é a de Neto e Froes, na medida em que consideram a RSE de um ponto de vista ético e moral, ou seja o papel da empresa vai para além do cumprimento da lei. A preocupação da empresa em fazer o bem e não o mal para a sociedade

(perspectiva ética), encontram na responsabilidade social um mecanismo de retribuição a sociedade. Para a Melo Neto e Froes (1999,p.82): “A RSE é uma forma da empresa retribuir a sociedade pelos recursos naturais, capitais financeiros e tecnológicos, e força de trabalho usados no seu funcionamento, recursos estes que pertencem ao patrimônio gratuito da humanidade. A RSE é também um mecanismo de reduzir as diferenças sociais criadas pela empresa”.

Uma das elaborações teóricas com maior adesão na literatura norte-americana sobre RSE é a proposta apresentada por Carroll em 1979, a qual resistiu, no essencial, até à actualidade, permanecendo amplamente aceite pela comunidade científica. Carroll estabelece quatro tipos específicos de responsabilidades sociais das empresas, identificadas com base nas expectativas da sociedade em relação ao desempenho empresarial. O autor apresenta uma definição de RSE estruturada em quatro dimensões – económica, legal, ética e filantrópica:

a) Responsabilidade filantrópica: consiste na contribuição activa e voluntária das empresas para a resolução de problemas sociais e a melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral; b) Responsabilidade ética: É a adoção de uma conduta sintonizada com os códigos morais e os valores implícitos da sociedade, para além do exclusivo cumprimento da lei; c) Responsabilidade legal: Necessidade de que o crescimento económico seja alcançado sem violar o quadro normativo e cumprindo com as obrigações legais; d) Responsabilidade económica: É a obrigação que as empresas têm de gerar riqueza, manter o crescimento e responder às necessidades de consumo da sociedade.

2.3.2 COMUNIDADE

O conceito de comunidade está intimamente ligado com o surgimento da sociologia como ciência, na medida em que no referido contexto, as sociedades europeias passavam por transformações profundas, em que os modos de vida tradicional davam lugar a modernização da sociedade, impulsionados pelos processos de urbanização e individualização (Peruzzo e Volpato, 2009).

Neste sentido consideramos ser pertinente trazer as reflexões dos clássicos da sociologia como ponto de partida para a compreensão deste conceito. Na visão de Tonnies (1995), a existência de

processos comunitários estaria ligada, em primeiro lugar, aos laços de sangue, em segundo lugar à aproximação espacial, e em terceiro lugar à aproximação espiritual. De acordo com Tonnies (1944,p. 98): “ Pode se compreender a comunidade como um organismo vivo, e a sociedade como um agregado mecânico e passageiro”.

Nesta vertente Weber (1987,p.77) define comunidade como: “uma relação social na medida em que a orientação da acção social, na média ou no tipo-ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes”. Neste estudo será adotada a perspectiva de Brint (2001), que define comunidade como agregados de pessoas que partilham atividades comuns e crenças, estando ligados por relações de afecto, lealdade, valores comuns ou preocupações pessoais (Com os acontecimentos das vidas dos seus semelhantes).

2. 3. 3 PERCEPÇÕES SOCIAIS

Ao falar-se de percepção, na definição de Charlotte Buhler (1962, p.93): “designa-se um fenómeno complexo, através do qual o mundo exterior é apreendido e interpretado como sendo ordenado em totalidades. Experiências presentes assim como as passadas são integradas e elaboradas na visão de conjunto”. De acordo com Luciene Silva (2000, p.5) percepções constituem as “ideias, imagens e as impressões que grupos sociais possuem sobre algo, considerando que possuímos necessidades, valores, interesses e expectativas”. Neste processo aparecem diversos fatores que influenciam na percepção: as expectativas que se tem de uma pessoa com quem se vai interagir, as motivações (que fazem que o homem que percepcione veja no outro aquilo que deseja ver), as metas (influenciam no processamento da informação), a familiaridade e a experiência.

Na mesma vertente Michener, Delamater &Myers (2005) definem o conceito de percepção social como “a construção e o entendimento do mundo social a partir dos dados obtidos por meio dos sentidos” (Michener, Delamater & Myers 2005, p.130). Para estes autores há que ter em conta que as mesmas qualidades podem produzir impressões diferentes, pelo facto de interagirem entre si de forma dinâmica. As impressões contam com uma certa estrutura, onde há qualidades centrais e qualidades periféricas. Cada parte forma um todo; omitir ou acrescentar uma qualidade altera a

percepção global. Para este trabalho a percepção é nos é definida por Carlos E. Lopes e José Abib (2002), que concebem as percepções como sendo os principais comportamentos através dos quais construímos a nossa realidade. Por outras palavras, é aquilo que o mundo passa a representar para nós, depois tê-lo apreendido (Lopes e Abib 2002).

2.3.4 PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

No sentido mais amplo, de acordo com Bordenave (1985), participação é “fazer parte”, “tomar parte” ou “ter parte”. Desta forma, para o autor a questão central da participação não é o quanto se toma parte mas como se toma parte e distingue entre os processos de micro participação (voltada para interesses pessoais e imediatos) e macro participação (voltada para a intervenção no âmbito das estruturas sociais, políticas e económicas). A participação comunitária, termo formulado nos meados dos anos 50, surgiu num contexto em que as iniciativas de desenvolvimento procuravam responder as necessidades dos seus beneficiários, através do envolvimento activo das comunidades locais na planificação e execução dos projectos, de modo que estes actores se sentissem partes integrantes dos mesmos, e não somente recetores passivos (Valá, 1998; UNICEF, 1999).

A definição oficial do governo de Moçambique, no âmbito da política de desenvolvimento rural, define a participação comunitária como a promoção de acções orientadas para a entrega às comunidades rurais dos instrumentos que fortalecem a sua capacidade de resolução dos seus problemas (Boletim da República, 1998). Neste estudo, iremos adotar a definição de Salim Valá (1998) que define a participação comunitária como um processo através do qual os membros de uma determinada comunidade participam de forma activa e organizada na identificação e análise dos seus problemas; buscam conjuntamente soluções alternativas dos seus problemas, mobilizam recursos para a realização de intervenções de desenvolvimento.

2.3.5 MEGA PROJECTOS

O tipo de empresa que constitui o nosso objecto de estudo é considerado *megaprojetos*, na medida em que este tipo de empresa possui um volume de investimentos elevado. Castel- Branco (2008) caracteriza os megaprojetos como sendo empresas com investimentos acima de 500 milhões de dólares norte-americanos, geralmente centram-se em torno de atividades minerais e energéticas – carvão de Moatize, gás de Pande e Temane, areias pesadas de Moma e Chibuto, hidroelétrica de Cahora-Bassa, e Mozal (Intensiva em energia). São empresas estruturantes das dinâmicas fundamentais de acumulação e reprodução económica em Moçambique por causa do seu peso no investimento privado, na produção e no comércio.

Castel-Branco (2008) acrescenta ainda que os megaprojetos são área quase exclusiva de intervenção de grandes empresas multinacionais por causa dos elevadíssimos custos, das qualificações e especialização requeridas, da magnitude, das condições competitivas especialização dos mercados fornecedores e consumidores, geralmente dominados por oligopólios e monopólios. Em economias menos desenvolvidas, como é o caso de Moçambique, estas empresas podem exercer considerável poder.

CAPÍTULO III

3. METODOLOGIA

O método científico representa o processo racional que se emprega na investigação. É a linha de raciocínio adoptada no processo de pesquisa (Carvalho, 2009). A realização do presente trabalho foi feita a partir de um estudo de caso, com o propósito de fazer uma análise intensiva e profunda do fenómeno da RSE da Mozal no seio das comunidades em seu redor. Assim o estudo de caso consiste na análise de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de trazer uma compreensão ampla do fenómeno na sua totalidade (Lakatos e Marconi; Lima, 2000).

Em termos de abordagem usada como inspiração para este trabalho, optamos pelo método indutivo. Segundo Carvalho (2009, p. 86): “a indução é uma operação lógica que vai do particular ao geral. O método indutivo caminha, na aproximação aos fenómenos, para planos mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (...) a indução tem como programa construir o discurso da ciência a partir dos factos observados”. Ao partirmos da indução, ou seja, dos fenómenos particulares, fazemo-lo com a consciência de que um estudo de caso tem as características de ser uma singularidade, como também uma semelhança com muitos casos.

A realização do presente trabalho respeitou a três fases, nomeadamente, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa empírica, e a elaboração do relatório. A pesquisa bibliográfica foi feita através da consulta de textos, livros, documentos, revistas, em formato físico, e electrónico. Deste modo na Biblioteca Central Brazão Mazula tivemos acesso a livros e manuais em formato físico, sendo a que a internet foi usada na pesquisa de artigos e publicações científicas.

No que concerne a pesquisa empírica, quanto as técnicas, optamos pela entrevista estruturada, uma vez que esta técnica desenvolve-se a partir de uma redacção fixa de perguntas, cuja ordem permanece fixa para os entrevistados (Gil, 1999).

Numa primeira fase foi conduzida uma pesquisa exploratória, na qual se buscaram algumas informações acerca do nosso objecto de estudo, o que permitiu consolidar o nosso problema de

pesquisa. Para este efeito, foi conduzida uma entrevista nas instalações da Mozal com o Gestor operacional de projectos sociais da AMDC (Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade) órgão que responde pela RSE da empresa. A pesquisa exploratória decorreu na localidade de Beleluane, no distrito de Boane a 17km da cidade de Maputo, onde está localizada a empresa Mozal, no dia 26 de Setembro de 2014.

Neste processo exploratório, foi realizada uma observação participante da reunião das partes interessadas, na localidade de Matola-Rio, que teve lugar no dia 05 de Novembro de 2014 no complexo Aliança. Esta reunião, aberta ao público, consistiu na prestação de contas da Mozal aos seus acionistas, governo local, parceiros e a comunidade em geral, sobre as actividades e o desempenho da empresa na vertente ambiental, económica e social.

Na segunda fase, foi realizado o trabalho de campo na localidade de Chinonanquila, distrito de Boane. A escolha deste universo físico foi influenciada pelos critérios da Mozal, onde as suas acções de RSE beneficiam as comunidades existentes num raio de 20 km da empresa, e por via disto, a comunidade de Chinonanquila é uma das beneficiadas dos projetos de RSE, tendo em conta os critérios da Mozal, que serão avaliados empiricamente.

No que concerne a amostra, António Gil (2008, p. 9) define-a como “o subconjunto do universo ou da população por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”. O nosso universo foi a população do distrito de Boane com 134,006 habitantes. A nossa amostra foi composta por oito indivíduos, escolhidos através de uma amostragem aleatória simples, onde procuramos explorar a diversidade máxima dos perfis relativamente ao problema estudado.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A nossa amostra é constituída por oito (8) indivíduos, sendo que cinco (5) do sexo masculino e três (3) do sexo feminino. Em termos etários os nossos entrevistados situam-se no intervalo dos 18 a 70 anos respetivamente. Neste processo de seleção da amostra, foi possível constatar que quatro (4) dos nossos entrevistados são residentes que se fixaram na comunidade antes da construção do megaprojeto da Mozal.

Desta forma estes possuem alguma experiência das mudanças ocorridas na comunidade com o advento da Mozal, e sobretudo com a criação de projetos de RSE. Este realce não procura de nenhum modo secundarizar os restantes quatro (4) elementos que totalizam a nossa amostra, uma vez que estes entrevistados começaram a residir na comunidade após o surgimento da empresa. Numa outra vertente pesou para a escolha da nossa amostra, o facto dos nossos entrevistados se encontrarem a residir nas proximidades da Escola Primária e Completa 1º de Junho, que foi construída pela Mozal, no âmbito da RSE. Esta escola tem sido um “*focal point*” das consultas comunitárias entre os gestores da Mozal e a comunidade.

3.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Como qualquer projecto de investigação, este também teve limitações. A primeira limitação foi a dificuldade em aceder aos documentos da empresa Mozal, que apesar da sua disponibilidade em fornecer informação sobre aspetos gerais da RSE da empresa, parte da informação não nos foi cedida por questões de sigilo profissional. Também constituiu limitação deste trabalho a busca de material bibliográfico, que verse sobre o assunto, sobretudo na vertente sociológica.

3.3 MODELO DE ANÁLISE

<i>Conceito</i>	<i>Dimensão</i>	<i>Indicadores</i>
<i>Conhecimento de práticas de RSE da Mozal</i>	<i>Informação</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de identificar os projetos e infraestruturas criadas pela Mozal em benefício das comunidades; - Conhecimento dos bairros, distritos e localidades que se beneficiam da RSE da Mozal; - Fornecimento de informação pelos gestores da Mozal às comunidades sobre os seus direitos, deveres e opções nos projetos de RSE
<i>Participação das comunidades</i>	<i>Consultação</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Busca da opinião dos membros da comunidade sobre os projetos de RSE a serem implementados;
	<i>Negociação</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Os indivíduos da comunidade tem a capacidade de tomar decisões, escolherem os projetos que se ajustam as suas prioridades; -A Mozal procura o aval e o consentimento da comunidade para a realização dos projetos.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 MEGA PROJECTO MOZAL: BREVE HISTORIAL

A Mozal foi o primeiro grande projeto de IDE (Investimento Directo Estrangeiro) no país após a independência. Este investimento, orçamentado em 2,26 bilhões de dólares, corresponde a uma fundição que produz lingotes de alumínio a partir de bauxite importado da Austrália (Mandlate e Langa, 2013). Este megaprojeto surge em 1998 de uma parceria (*joint venture*) da BHP Billiton (47.1%), Mitsubishi Corp. (25 %), a Industrial Development Corp. Of South Africa (24%), e o Governo de Moçambique (3.9 %). Este projeto foi introduzido como parte do plano do governo de atrair investimentos estrangeiros⁴ para a sua contribuição na reconstrução nacional com o término da Guerra Civil em 1992.

Inicialmente desenhada para a produção de 250.000 toneladas/ano, a Mozal introduz a posterior um plano de expansão no período de 2003 e 2004, passando a produzir anualmente 580.000 toneladas/ano. Esta empresa é responsável por 30% das exportações do país e usa 45% de eletricidade produzida por Moçambique. A Mozal inicia as suas atividades formalmente em 2004, tendo sido considerado como o primeiro investimento estrangeiro de grande vulto em Moçambique.

A Mozal é um ramo da indústria multinacional BhpBilliton, com sua sede na Austrália, que no seu portfólio, detém interesses nas áreas de exploração de minério de ferro, carvão energético, metalurgia, petróleo e gás, alumínio, manganês, urânio, níquel, prata e cobre. A BhpBilliton

⁴As políticas de ajustamento estrutural adotadas pelo governo moçambicano, criaram condições para o aparecimento de uma economia de mercado livre em Moçambique, de tal modo que moçambique passou a ser um dos destinos do investimento direto estrangeiro. Por este percurso, Paulo Wache (2008) considera que o aparecimento da MOZAL em Moçambique enquadra-se num contexto mais amplo denominado *Consenso de Washington*, que aconteceu na década de 80, entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Este consenso plasmou o que considerou de políticas apropriadas para o ajustamento estrutural das economias dos Países em Vias de Desenvolvimento

possui operações em 141 localizações em diversas partes do mundo. Desta forma, a Mozal para o seu funcionamento interno, incorpora os princípios plasmadas na *Carta de valores* da sua maior acionista. A responsabilidade social da Mozal é também fruto da incorporação dos princípios de desenvolvimento e investimento comunitário advogadas pela sua empresa-mãe.

4.2 RESULTADOS DO MEGAPROJECTO MOZAL

A responsabilidade social empresarial da Mozal tem suas bases naquilo que é o seu investimento social nas comunidades. Esta linha de orientação está em sintonia com a empresa mãe que é acionista maioritária da Mozal. Deste modo, a nível global, a Bhp Billiton investe 1% dos seus lucros não taxados em acções de carácter social. Durante o ano financeiro de 2013, a Companhia investiu cerca de 245.8 milhões de dólares ao nível mundial. Para Mozal esta ligação com a sua *Shareholder* maioritária é fundamental para a execução das suas atividades, como expressa o representante da ADMC: “Ao nível de Moçambique a Mozal investe cerca de 25 milhões de dólares. No entanto este valor é negociado ao nível global dos shareholders (acionistas), (...), ou seja o dinheiro que dá corpo a RSE vem de fora”⁵.

O investimento social da Bhp Billiton segue três níveis: *o local*, através das indústrias localmente sediadas (como o megaprojecto da Mozal); *o global*, através das instituições de caridade como a Bhp Billiton Sustainable Communities e a BHP Billiton Foundation; e o terceiro nível funciona através das *atividades voluntárias* dos colaboradores que emprestam o seu tempo e recursos em serviço da comunidade (BHP Billiton in the community, 2014).

Para a efetivação da RSE por meio deste investimento nas comunidades, são tomadas em consideração, as necessidades das comunidades, regiões e países onde a companhia tem as suas indústrias. Deste modo, os projetos de RSE: a) São executados com base em pesquisas onde são levantadas as necessidades, prioridades e os recursos existentes em cada comunidade; b) Reconhecem a importância da partilha de objectivos e engajamento entre os beneficiários e a Mozal; c) Buscam benefícios sustentáveis a longo prazo, colocando ênfase no emprego,

⁵Gestor operacional de projectos sociais. Comunicação feita na reunião pública das partes interessadas. Novembro. 2014

treinamento, criação de capacidades e do desenvolvimento económico local; b) Envolvem a colaboração entre as comunidades, governo, organizações não-governamentais (ONG`s) para o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. De modo a compreender a vida das comunidades, são conduzidos estudos de base e de impacto social em cada cinco (5) anos. Esta informação é posteriormente usada no planeamento das actividades de RSE e na identificação do grupo alvo (BHP Billiton in the community, 2014).

A estrutura do investimento social da Mozal nas comunidades locais demonstra que esta empresa possui um plano de desenvolvimento a longo prazo. Este exemplo contrasta com os casos de ausência de RSE por parte de algumas corporações, apontadas por Echave (2006), onde estas se limitam a custear esquemas de compensação a luz dos reassentamentos das comunidades para dar lugar a construção destas corporações. Nestes casos estas companhias multinacionais não estabelecem um vínculo, nem um elo com as comunidades onde operam, abrindo espaços para antagonismos.

Nesta ordem de ideias, constatamos que a RSE da Mozal tem uma forte componente filantrópica, que por sua vez é um dos pilares da responsabilidade social empresarial, juntamente com a vertente económica, legal, ética. Tal como afirmamos anteriormente, as acções de carácter filantrópico quando realizadas de forma isolada e esporádica, não são capazes de refletir a visão e o pensamento estratégico de uma empresa. No entanto embora a filantropia não seja o sinónimo de RSE, os dados encontrados nos conduzem a afirmar que a Mozal usa a filantropia de forma estratégica, e ela é fruto de um planeamento estruturado. Deste modo, é através da responsabilidade social, na vertente filantrópica que a Mozal, numa acção voluntária, participa na resolução de problemas sociais e na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

A Mozal para além de cumprir com a sua responsabilidade económica, que é de garantir o lucro para o corpo de accionistas, ou shareholders, está interessada em ter um papel na sociedade, que vai para além das suas obrigações económicas e legais, buscando assim contribuir na melhoria das condições de vida das comunidades em seu redor. Estes elementos ilustram que nas sociedades atuais o fornecimento de bens e serviços não são apenas tarefas do estado, pois as empresas e corporações, começam a atuar nestas áreas para suprir algumas lacunas deixadas pelo Estado.

4.3 ABORDAGEM DA MOZAL SOBRE A RSE

A materialização das práticas de RSE, através de projectos de apoio às comunidades, faz parte de um processo complexo de conceituação e definição da responsabilidade social. Apesar da RSE ser um discurso em voga o seu entendimento e aplicação por parte das empresas é diferenciado, pois estas apresentam percepções diferentes em função das suas motivações e do contexto. No excerto da entrevista que se segue, ficamos a saber sobre a visão da RSE adoptada pela Mozal:

A RSE é a forma como as actividades da empresa são conduzidas, estando em conformidade com os melhores padrões industriais, dando ênfase ao comportamento ético, integridade e o respeito pela diversidade cultural. (Gestor operacional de projectos sociais).

O entendimento que a Mozal tem da RSE toma em consideração os diversos públicos com que a empresa se relaciona, e neste processo procuram ir ao encontro das expectativas dos seus parceiros sociais. Este posicionamento está em concordância com as perspectivas de RSE que defendem que as empresas têm compromissos para além do aspecto económico, não se restringindo ao lucro. As empresas funcionam num determinado espaço físico e social, e desta forma participam do conjunto de relações sociais ao nível das comunidades e da sociedade no seu geral. De acordo com Kartoli & Aragão (2005, p. 48) “No âmbito da RSE o comportamento ético consiste na busca de qualidade das relações que a organização estabelece com todos os seus stakeholders, incorporando à orientação estratégica da empresa, e reflectindo em desafios éticos para as dimensões económica, ambiental e social”. Este compromisso ético é um factor importante para a compreensão das motivações para realização de práticas de RSE:

“A responsabilidade social da Mozal é feita como uma obrigação moral. Esta tem como objectivo atender às necessidades das comunidades locais, devido à sua proximidade da empresa. Por outro lado a RSE da Mozal é motivada pela necessidade de uma melhor inserção local, garante uma boa imagem ao nível nacional e internacional, e também ajuda a prevenir relações ou situações de conflituosidade entre a empresa e as comunidades circunvizinhas”.⁶

Se por um lado a “obrigação moral” constitui uma motivação interna para a prática da RSE pela Mozal, isto associado a questões como a consciência individual do decisor, o desejo de integração no meio social, por outro lado, a face externa pode ser encontrada nesta necessidade de criar uma

⁶Director de Projectos Sociais. Entrevista por email, dia 19/06/2015

boa imagem ao nível nacional e internacional, e também garantir uma convivência harmoniosa com as comunidades circunvizinhas.

Podemos afirmar que a Mozal enquanto empresa tem consciência de que as suas acções são alvo de atenção e de avaliação pelos diversos *stakeholders*, como consumidores, sociedade civil, governo, instituições reguladoras de nível internacional, entre outros, de tal modo que o respeito pelas normas sociais, a ética, os direitos humanos e a protecção do ambiente tornaram-se questões vitais para o sucesso do seu negócio. Estas atitudes embora tenham uma origem reactiva por causa das novas exigências e dinâmicas sociais que se impõem as empresas, tem também motivações estratégicas pelo facto de através da RSE, as empresas são capazes de diferenciar os seus produtos perante a concorrência.

Estes objectivos estratégicos delineados pelas empresas, podem ser comprometidos caso estas últimas não tenham um bom relacionamento com as comunidades circunvizinhas. Este aspecto nos remete a visão de Neto e Froes (1999, p.82), que defendem que uma das missões da RSE é de reduzir as diferenças sociais criadas pela empresa, uma vez que esta usa recursos naturais, capitais financeiros e tecnológicos, e força de trabalho que são património gratuito da humanidade. Assim o desafio que se coloca às empresas que estão engajadas na RSE é de ir ao encontro das reais necessidades das comunidades locais, através do diálogo permanente e de partilha de objectivos em torno do desenvolvimento social e económico. Em relação ao seu papel na redução dos problemas sociais na comunidade, a Mozal posiciona-se nos seguintes termos:

“A resolução dos problemas das comunidades é um processo contínuo, e por esta via, apostamos em projectos sustentáveis de modo que os beneficiários não sejam sempre dependentes da Mozal e que tenham os seus próprios pés para andar, pois a Mozal está presente hoje, mas amanhã pode não estar. Isto permitirá uma maior emancipação das comunidades. Num passado recente os membros da comunidade preferiam ser contratados como trabalhadores da empresa, hoje em dia já há uma tendência de se apostar no empreendedorismo. Neste aspecto podemos afirmar que a empresa teve um impacto na mudança de mentalidades”.

4.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA MOZAL: ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Os projectos de RSE são geridos pela AMDC (Associação Mozal para o Desenvolvimento Comunitário). A AMDC é parte estratégica da Mozal, que embora opere de forma mais ou menos autónoma, ela reflecte aquilo que é o pensamento social da empresa em relação às comunidades (Bene Jr, 2004). A Mozal através da sua política de RSE nas comunidades em volta da empresa, tem actuado nas seguintes áreas: Educação e formação, saúde e bem-estar, gestão e mitigação de impactos sociais, agro-negócios, empreendedorismo. Uma descrição mais detalhada das áreas de atuação da Mozal, será encontrada nos anexos.

Para realização deste trabalho, faremos uma breve descrição da área de educação e formação, pelo facto de ser um dos ramos que tem sido alvo de grandes investimentos por parte da RSE da Mozal, e também pelo facto da comunidade de Chinonanquila, no distrito de Boane, ter sido uma das beneficiadas por estas iniciativas com a reabilitação da Escola Primária e Completa 1º de Junho em 2007.

Por outro lado a escola primária e completa 1º de Junho, funciona como local de interação entre os gestores da Mozal e a comunidade na consulta dos problemas que preocupam as pessoas. Na sua visão de RSE, concretamente na área da educação e formação, a Mozal sustenta que a educação trás benefícios na participação económica, na saúde e no bem-estar, através do melhoramento do acesso ao emprego e às oportunidades de negócio nas comunidades. Por outro lado a educação aumenta a capacidade técnica da força de trabalho, que são elementos chaves para o sucesso da empresa a longo prazo⁷.

A AMDC tem apoiado projectos na área de educação nas comunidades em volta da empresa. A título de exemplo destaca-se o projeto “Fazer a Diferença”, que trabalhou com 11 escolas primárias nas comunidades, tendo distribuído material escolar, como forma de auxiliar o governo.

Por outro lado, o projeto EQUAMAT teve como objetivo principal ajudar os alunos das escolas secundárias a desenvolverem capacidades na área das matemáticas. Para além destes projectos, a

⁷BhpBilliton in the Community. 2014

AMDC providenciou em 2011 cerca de 95 bolsas de estudos, sendo para uma variedade de instituições terciárias. Cerca de 40 destas bolsas foram atribuídas aos alunos da Escola Secundária Nelson Mandela. Para além destas atividades, a AMDC também foi responsável pela construção de 12 novas salas de aulas para a 11ª classes e um bloco administrativo na Escola Secundária Nelson Mandela.

4.5 IMPACTO DA MOZAL NA VIDA DAS COMUNIDADES

Nos indivíduos por nós entrevistados, no que tange ao impacto da Mozal na vida social e no quotidiano da comunidade, podemos constatar que os nossos entrevistados têm o conhecimento das acções já realizadas pela Mozal, como também existe a percepção de uma mudança e alteração causados pelos projetos empreendidos por esta empresa. Estes impactos sociais, na percepção dos entrevistados, são ilustráveis através de exemplos concretos, como a construção de escolas, estradas, hospitais, e acções de caridade e filantropia, tal como podemos observar nas seguintes entrevistas:

“A Mozal tem feito alguma coisa aqui na zona, pelo menos na área da educação, tem uma escola que foi construída, a Escola da Doca. A estrada que existe aqui, esta que vai até a Matola-Rio, foi a Mozal que construiu, e não só, existe aquela estrada de Malhampsene, feita também pela Mozal” (Ilton, 25 anos).

É de certo modo consensual a noção de que a RSE é um conceito complexo, e que ela tem várias vertentes. Estes excertos das entrevistas mostram a vertente externa da Responsabilidade social, que engloba as relações que a empresa tem com a cadeia de fornecedores, consumidores, e neste caso particular a comunidade. Ou seja a empresa ao se relacionar com a comunidade ao nível externo, contribui para um impacto no contexto territorial, na medida em que uma empresa socialmente responsável impulsiona o desenvolvimento local (Santos, 2012). Os excertos da seguinte entrevista evidenciam estes aspetos:

“Existe aquilo que se chamam os efeitos multiplicadores da indústria. Nós podemos ter uma indústria fechada que não tem RSE, mas só por ela existir, haverá mudanças de atividades. Haverá uma nova dinâmica, há pessoas que estão a trabalhar, há pessoas que fazem negócios para beneficiar a população que diretamente trabalha. Então acaba sempre havendo uma dinâmica de alteração” (Alberto, 40 anos).

4.6 PERCEPÇÕES DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Nesta secção faremos a descrição das formas de participação nos projectos de RSE na comunidade de Chinonanquila, bem como os significados e percepções atribuídos pelos nossos entrevistados a estes processos. A importância da participação nas iniciativas de RSE é cada vez mais apontada como um meio para envolver as comunidades, de modo que se sintam partes do processo e não apenas receptores da caridade e da boa vontade das empresas.

A participação comunitária engloba vários processos e etapas, que de acordo com a estrutura da RSE da Mozal, começam com estudos de base desenvolvidos nas comunidades locais a cada cinco anos, como forma de colher informações direcionadas para o planeamento dos projectos e programas direcionados aos beneficiários.

Estes projetos são monitorados pelos parceiros comunitários como forma de assegurar o progresso dos mesmos. Estes processos têm como motivação garantir a partilha de objetivos entre comunidades e empresa, sendo que, o modelo de participação das comunidades toma a forma de consultas, auscultações e colaborações de modo a colher as suas necessidades. Do que constatamos no terreno, existem diferentes percepções em relação a participação das comunidades, que é feita por meio de reuniões abertas, na qual estes contribuem com opiniões, sugestões e ideias:

“Eu já participei de uma reunião na Escola Primária 1 de Junho (que foi feita pela Mozal). Esta reunião foi convocada porque a Mozal queria reabilitar a escola (...) A Mozal queria saber como é que estava a escola, se estávamos a gostar, e queria saber também se precisava de mudar algo. Estou cá a 7 anos, mas creio que qualquer instituição empresarial, sempre tem que ter informação dos moradores, para saber o que acontece (...) convocou-se uma reunião com os secretários do bairro, representantes das comunidades e demais testemunhas” (Paula 20 anos).

A par do optimismo manifestado em torno da participação que toma a forma de reuniões e consultas às comunidades, podemos observar que há a percepção de que estes tipos de encontros com a comunidade, por vezes, tendem a ser reduzidos e quase inexistentes:

“As reuniões poucas tem havido por aqui. Elas acontecem quando (os representantes da Mozal) querem fazer alguns discursos, para fazerem algumas obras de caridade, tal como arranjar estradas aqui da comunidade. Por exemplo, eles têm apoiado a polícia comunitária, mas mesmo assim a polícia comunitária vem trabalhar só no tempo de natal e do ano novo” (Venâncio, 70 anos) ”

“Para mim isso não existe. Se o senhor for a ver, os debates sobre a RSE da Mozal sobre o seu impacto ambiental são feitos nos grandes hotéis, particularmente ali no Anfiteatro da TDM, ali ao lado da UEM, eu já participei. Digo isto porque quem participa desses debates não são os cidadãos pacatos daqui, mas sim os mais críticos da praça. Lá come-se, bebe-se do bom e do melhor. Neste país quem toma as decisões não é o povo” (Titos, 30 anos).

As diferentes percepções sobre a participação das comunidades são um indicador de que os indivíduos por nós entrevistados possuem diferentes níveis de conhecimento sobre as práticas de RSE, e nem todos tem a informação necessária que permita a participação nestes projectos. Este conhecimento prático influencia no acesso a estes espaços de debate dos projetos de RSE.

Na perspectiva de Crowther e Aras (2008), o acesso a informação e a prestação de contas por parte das empresas são um aspecto importante no contexto da RSE, tanto para *stakeholders* (*partes interessadas*) internos e externos. Nesta senda as empresas envolvidas na responsabilidade social são chamadas a reconhecer que as suas acções afectam o contexto externo da empresa, onde se encontram as comunidades, e por esta via devem ser responsáveis pelos efeitos das suas acções. Em termos práticos isto implica que os programas que visam desenvolver as comunidades locais devem ser mensuráveis e quantificáveis, de modo que os beneficiários tenham uma maior participação nos mesmos.

São visíveis os esforços da Mozal no sentido de comunicar as comunidades locais as acções realizadas no âmbito da RSE, através dos encontros abertos das partes interessadas (as que afetam e são afetadas pelas atividades da empresa). No entanto constatamos que ainda existe uma lacuna de informação no seio de alguns dos nossos entrevistados, na medida em que esta informação não tem sido abrangente de modo a incluir cada vez mais as pessoas na comunidade.

As abordagens dominantes da Participação comunitária tendem a conceber este conceito como um processo activo onde os beneficiários influenciam a direção e execução dos projectos de desenvolvimento, do que meramente receber uma parte do benefício dos projetos (Paul, 1987). Neste contexto podemos, afirmar que os beneficiários dos projectos da Mozal raramente têm um envolvimento directo no desenho, controle ou gestão de tais projetos. Na perspectiva de Peter Oakley (1995) a participação enquanto colaboração, é a abordagem que domina grande parte destes projetos.

O envolvimento das comunidades deve ir além da tradicional abordagem que se limita a informar e consultar os beneficiários durante o planeamento destes projetos. Por outro lado, mesmo nos casos em que as comunidades são envolvidas na elaboração dos projetos de RSE, o seu impacto no processo de tomada de decisão é baixo, pois estas não tem o poder e recursos na mesma proporção que as empresas que implementam os projetos (Colenut and Cutten, 1994).

4.7 DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Os nossos entrevistados, enquanto membros da sua comunidade, partilham uma história que lhes é comum. Assim a produção de sentido das experiências e acções dos indivíduos resulta da conexão entre diversas mentes em interação no processo social (Castro, 2012). A introdução da Mozal no seio das comunidades circunvizinhas e o seu impacto social, fazem parte destas reservas de experiências apreendidas no passado, e por isso, dotadas de sentido. É neste quadro de relações que os indivíduos interpretam a Mozal e as suas ações de RSE, como sendo benéficas para a vida da comunidade. Na vertente de Shutz (1979): “Só uma experiência passada, vista em retrospectiva, como já acabada e terminada, pode ser chamada de significativa” (P. 63).

Com a introdução do Megaprojeto Mozal, e sobretudo, a realização de práticas de responsabilidade social, a experiência do dia-a-dia toma novas configurações. O aparecimento da Mozal e suas práticas de RSE, surgem como uma “relevância imposta, na medida em que aparecem como situações e eventos que não estavam ligadas aos interesses imediatos dos indivíduos, se originando em actos exteriores a vontades dos mesmos, e que por sua vez passaram a aceitar exactamente como são, sem nenhum poder para modificá-los por meio das suas atividades espontâneas” (Shutz, 1979,p. 133).

Ou seja a Mozal surge num contexto de abertura do mercado nacional a investimentos estrangeiros, onde as políticas de ajustamento estrutural adoptadas pelo governo moçambicano, criaram condições para o aparecimento de uma economia de mercado livre em Moçambique, de tal modo que Moçambique passou a ser um dos destinos do investimento directo estrangeiro. Estes fenómenos globais e de nível macro que levaram ao surgimento da Mozal não foram fruto da vontade e da directa intervenção das comunidades, mas sim são factos impostos à experiência dessas comunidades, não tendo elas poder de modificá-las. No entanto, após a conformação das pessoas a essa nova realidade social, ela é assumida como parte das zonas de relevância das comunidades, ou seja dos seus interesses imediatos.

A participação e o envolvimento das comunidades nos projectos de responsabilidade social, indica que embora a RSE da Mozal apareça ligada a um contexto de relevância imposta, estas práticas passam a estar ligadas aos interesses das comunidades, constituindo assim relevâncias intrínsecas. De acordo com Shutz (1979, p. 115) “as relevâncias intrínsecas são o resultado de nossos interesses escolhidos, estabelecidos por nossa decisão espontânea de resolver um problema por meio de nosso pensamento, atingir um objectivo por meio da nossa acção, realizar um estado de coisas projectado”.

Neste aspeto a RSE é um conceito que surge num contexto global, e que procura se impor a nível local. Ela se concretiza num processo de transformação de uma relevância imposta à experiências das comunidades, e passando a ser uma relevância intrínseca a partir do momento que, as pessoas nas comunidades exprimem suas opiniões nos projectos, participam, e decidem sobre a forma como os mesmos irão influenciar as suas vidas.

Estes tomam parte das consultas comunitárias, promovidas pela Mozal, onde são chamados a dar as suas opiniões, exprimindo os seus interesses e necessidades imediatas na realização dos referidos projectos. Nesta perspectiva as comunidades são consideradas como *stakeholders* (*partes interessadas*) legítimas, que simultaneamente sofrem influências e influenciam o Megaprojecto Mozal.

No entanto há um conhecimento prático que subjaz a predisposição das comunidades locais em participar nos projetos de RSE. Para Shutz (1979, p. 74) “o homem na vida diária...tem a qualquer momento um estoque de conhecimento à mão que lhe serve como um código de interpretações de suas experiências passadas e presentes, e também determina sua antecipação das coisas que virão” (p. 74).

Na participação comunitária as pessoas possuem um estoque de conhecimento que lhes permite fazer escolhas, colaborar e intervir nos projectos da Mozal de acordo com suas necessidades e os problemas com que se deparam no quotidiano. Quanto mais sólido for esse estoque de conhecimento sobre as práticas de RSE, mais fundamentada será a participação das comunidades locais, permitindo-lhes tirar dividendos destes projetos.

Indo mais além, o autor afirma que este estoque de conhecimento é determinado pelos interesses práticos ou teóricos, que determinam o que é problemático e o que deve ser conhecido (Shutz, 1979). Na comunidade de Chinonanquila os interesses práticos que servem como motivação à participação são as necessidades e os problemas do quotidiano, que procuram ser resolvidos por meio da RSE:

“Pedimos infraestruturas mais seguras e mais resistentes...por exemplo aqui na escola primária, tem aquele muro de rede, vedação de rede, eu creio que não é muito seguro e vão estar sempre a mudar, a mudar, a mudar, enquanto se pusessem um muro de bloco, era definitivo e mais seguro. Os meninos não corriam riscos de saltar e de se aleijar como tem acontecido” (Ana, 30 anos)

O impacto da Mozal na vida social das comunidades é uma realidade que é sentida intersubjectivamente pelos nossos entrevistados, na medida em que estes são testemunhas das principais mudanças ocorridas no seio da comunidade, com a introdução de infraestruturas como escolas, postos de saúde, vias de acesso entre outras. A este propósito Shutz (1979) realça que “o mundo da vida diária não é de forma alguma o meu mundo privado, mas é desde o início um mundo intersubjetivo, compartilhado com os meus semelhantes, vivenciado e interpretado pelos outros, em suma, é um mundo comum a todos” (p. 159).

No entanto, embora a experiência da Mozal seja um fenómeno intersubjetivo para os indivíduos na comunidade, os sentidos atribuídos à participação nos projetos de RSE tendem a ser múltiplos e diversificados, pelo facto de cada indivíduo possuir diferentes reservas de experiência e estoques de conhecimento. As diferentes perceções dos nossos entrevistados nos traduzem que o conhecimento que se tem sobre os projetos e realizações da Mozal nem sempre é coerente, é apreendido de acordo com as experiências e estórias individuais de cada pessoa na comunidade.

Acerca deste conhecimento prático, Shutz (1979) afirma que “o conhecimento do homem que age e pensa dentro do mundo da sua vida cotidiana não é homogéneo, é incoerente, estando parcialmente claro e não é livre de contradições” (p. 75). Juntando-se a estes fatores acima referidos, verifica-se que este conhecimento sobre as práticas de RSE se apresenta socialmente distribuído. Ou seja no mesmo contexto e ambiente no qual se encontram a comunidade e a Mozal, apesar de ambas buscarem interesses em comum, o conhecimento que dispõe não é o mesmo.

De acordo com Shutz (1979, p. 233) “em qualquer interação social uma porção do sistema de relevâncias intrínsecas de cada parceiro permanece não compartilhada pelo outro, tal é a

distribuição de conhecimento entre indivíduos, e o mesmo se aplica no relacionamento entre grupos inteiros e grupos externos”. Neste ponto de vista a Mozal e a comunidade são parceiros numa interação social, neste caso, a RSE. A comunidade é objecto da acção da Mozal e por esta via tem que levar em conta os objetivos específicos da Mozal, que numa primeira fase não compartilha; as relevâncias intrínsecas da Mozal são para as comunidades relevâncias impostas.

As pessoas por nós entrevistadas, na comunidade de Chinonanquila possuem um conhecimento por “familiarização” da responsabilidade social, sem no entanto ter acesso a este conceito em profundidade. Na comunidade os indivíduos tem apenas o conhecimento apenas do seu próprio sistema de relevâncias intrínsecas, que lhes aparece na sua realidade em forma de projetos já realizados e os ainda em decurso. Na outra faceta deste processo, encontra-mos que o sistema de relevâncias intrínsecas da Mozal como um todo não é totalmente acessível à comunidade.

As diferentes percepções sobre a participação das comunidades são um indicador de que os indivíduos por nós entrevistados possuem diferentes níveis de conhecimento sobre as práticas de RSE e das reuniões abertas da Mozal. Nesta sequencia, os elementos por nos constatados corroboram com a resposta provisoria avançada neste estudo: “O conhecimento de práticas de RSE da Mozal influencia na percepção que as comunidades têm da sua participação na tomada de decisão dos projetos de RSE”.

CONCLUSÃO

No presente trabalho procuramos analisar a Responsabilidade Social Empresarial do Megaprojeto Mozal. Tivemos como objectivo geral o propósito de analisar as percepções e significados das comunidades locais sobre a sua participação no processo de tomada de decisão sobre as práticas de RSE da empresa Mozal. Especificamente procuramos identificar as formas de diálogo que são usadas pela empresa na interação com a comunidade no processo de identificação dos problemas e necessidades das comunidades; Identificar o nível de conhecimento das práticas de RSE da Mozal no seio das comunidades. De um modo geral este estudo chega a duas conclusões:

i) A responsabilidade social da Mozal faz parte de uma visão estratégica da empresa, que pretende se engajar num relacionamento a médio e longo prazo nas comunidades, contribuindo assim para o bem-estar das comunidades locais, sem no entanto comprometer a responsabilidade económica da empresa, que é de gerar lucro através das suas atividades;

ii) Existem diferentes percepções sobre a participação das comunidades nos projectos de RSE da Mozal, sendo que podemos encontrar no mesmo contexto, os sentimentos de inclusão como também de exclusão nos projectos de RSE. Estes aspetos são o resultado dos diferentes estoques de conhecimento sobre estas práticas e que condicionam a forma como cada indivíduo interpreta a realidade;

iii) Na criação de projetos de responsabilidade social são colhidas as opiniões dos membros da comunidade, através de inquéritos e reuniões. Existe um corpo de regras que permite que as pessoas dêem conselhos mas o poder de decisão não está nas suas mãos, mas sim nas mãos das estruturas do Megaprojeto Mozal. Todavia os detentores do poder são capazes de mostrar que houve a tentativa de envolver a comunidade.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Filipe. “Ética, valores humanos e responsabilidade social das empresas”. Príncipe Editora. 1ª edição. Cascais. 2010

HILEY, Patrícia. Responsabilidade Social Corporativa e Cidadania Empresarial: Uma Análise Conceptual Comparativa. ENEPAD. Setembro. 2000.

BLOWFIELD, Michael; **FRYNAS**, J.G. “Setting New Agendas: Critical Perspectives on CSR in the Developing World”. *In*: International Affairs. Nº81. Chatham House. 2005. pp. 495-513.

BRYNILDSEN, O.G, **NOMBORA**, Dionísio. “Mining Without Development: The case of kenmare Moma mine in Mozambique”. *In*: Centro de Integridade Pública and Eurodad. Maputo. 2013

CARROLL, Archie. “Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct”. *Business & Society*, vol. 38, nº 3, 1999. pág. 268-295.

CASTRO, F. Fonseca. A sociologia fenomenológica de Alfred Shutz. Universidade Federal do Pará. 2012

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. “Os Megaprojetos em Moçambique: Que contributo para a economia nacional. Maputo. 2008. Disponível em <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Megs_Projectos – ForumITIE.

CLARK, Timothy D.; **NORTH**, Liisa. “Mining and oil in Latin America: Lessons from the past, issues for the future”. *In*: **NORTH**, Lisa et al. Community rights and corporate responsibility. Canada. Between the Lines. 2006. Pp. 1-16

COMISSÃO EUROPEIA. “Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social”. Bruxelas. Comissão Europeia. 2001

CROWTHER, David; **ARAS**, Guller. Corporate Social Responsibility. Ventus Publishing. APS. 2008

DAHL, Robert. “Business and Politics: A critical appraisal of political science”. The American Political Science Review. Vol. 53. Nº 1. 1959. P 1-34

DEFILIPIS, J. et al. “Neither romance nor regulation: Re-evaluating community”. International Journal of Urban and Regional Research. Vo. 30. 3. September 2006. PP. 673-89

DIENER, Keith. 2013. “The Charitable Responsibilities Model of Corporate Social Responsibility” Journal of Academic e Business Ethics; Jun 2013, Vol. 7, p.1

ECHAVE, J. Mining and communities in Peru: Constructing a framework for decision-making. *In*: NORTH, Lisa et al. Community rights and corporate responsibility. Canada. Between the Lines. 2006. pp. 17-36

FRIEDMAN, Milton. “The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits”. New York Times Magazine, pp. 32-33. 1970.

KRISCHNER, A.M. “Sociologia da Empresa e Responsabilidade Social das Empresas”. *In*: Nueva Sociedad. Nº 202. 2002.

KUYEK, Joan. “Legitimizing Plunder: Canadian mining companies and corporate social responsibility”. *In*: NORTH, Lisa et al. Community rights and corporate responsibility. Canada. Between the Lines. 2006. Pp. 203-220

LEAL, S. (2005), *Corporate Social Responsibility as a Tool for Competitiveness: An Empirical Study*, Escola Superior de Gestão de Santarém, também disponível em http://www.balancosocial.org.br/media/ART_2002_RSE_Vertical.pdf

MELO NETO, Francisco Paulo; **FROES**, César. “Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro”. Rio de Janeiro. Qualitymark. 2001

NEWELL, Peter. “Citizenship, Accountability and Community: The Limits of the CRS Agenda”. *In*: International Affairs. Nº 81. Chatham House. PP 541-557. 2005.

(PORTER e Kramer, 2002).

SANTOS, Domingos. “Responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e território: que relação?” *In*: DOMINGUES/REMOALDO. Responsabilidade Social Organizacional: Desenvolvimento Sustentável. Lisboa. Humos. 2012. Capítulo 5. Pp 81-90

SANTOS, Mário Augusto. “Empresas, Meio Ambiente e Responsabilidade Social: Um olhar Sobre o Rio de Janeiro”. 2003

SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro. Zahar editores.1979

SELEMANE, Tomás. “A irrelevância da responsabilidade social dos mega-projectos”. *In*: Savana. Maputo. Dezembro. 2012. PP 16-17. Enquadramento da Política de RSE – Recomendações para a Política da RSE para os sectores Extractivos em Moçambique. Pág 34.

SIQUEIRA, Elisabete, et al. “ Responsabilidade social: Possibilidade de conciliação entre o econômico e o social em uma perspectiva internacional. Análise. Porto Alegre. Vol. 20. Nº 2. P 34-39. Jul/Dez 2009

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. Country Report Mozambique. Corporate Social Responsibility. 2007.

TOURINHO, Juliana. “Responsabilidade Social Empresarial: Considerações no Capitalismo Contemporâneo”. 2007

TSAMBA, Lucas. Responsabilidade Social Empresarial: Das Práticas de Responsabilidade Social nas Empresas. Dissertação (Empreendedorismo e Serviço Social. Departamento de Sociologia) - Universidade da Beira Interior – UBI, Covilhã, 2008)

VARADARAJAN, P.R. & MENON, A. “Cause Strategy and Corporate Philanthropy”, The Journal of Marketing, 52(3), 58. 1988

ANEXOS

GUIÃO DE ENTREVISTAS

MOZAL

- **Um gestor do topo (Director ou Adjunto)**
- **Um ou dois gestores intermédios ou operacionais (Recursos Humanos/Projectos Sociais)**

Secção A: Motivação para a realização da responsabilidade social empresarial

1. Qual é o entendimento que tem sobre a responsabilidade social empresarial?
2. Quais são as motivações da Mozal para a realização de actividades de responsabilidade social empresarial?
3. Na sua opinião as acções da empresa têm impacto na redução dos problemas sociais na comunidade?

Secção C: Accões concretas adoptadas pela empresa no apoio às comunidades

3. Quais são as comunidades beneficiadas pela responsabilidade social da empresa? Quais são os critérios para seleccionar estas comunidades?
4. Qual o público beneficiário (crianças, jovens, comunidade em geral, idosos, famílias, mulheres, pessoas portadoras de deficiência)?

Secção B: Relações entre empresa e comunidade

1. A empresa tem algum mecanismo (grupo/ponto de contacto) de diálogo com a comunidade?
Como funciona?
2. Existe o processo de consultas periódicas para o levantamento das necessidades das comunidades?

3. Existe espaço para a tomada de decisão por partes das comunidades na realização dos projectos de responsabilidade social?

4. Existem actores chaves (ou representantes) das comunidades que a empresa acha que são importantes para estabelecer a “ponte” ou diálogo na criação de práticas de responsabilidade social?

Guião de Entrevistas com os Membros da Comunidade de Chinonanquila, Distrito de Boane

1. Já ouviu falar de Responsabilidade Social da Mozal?
2. O que ela tem feito aqui na comunidade? Quais são as acções e projectos já feitos pela Mozal aqui nas comunidades?
3. Tem conhecimento de outras zonas onde a Mozal tem projectos para as comunidades?
4. Já participaram em algum projecto feito pela Mozal?
5. Já participou de alguma reunião da Mozal onde falaram sobre a Responsabilidade Social?
6. Desde que a Mozal começou a funcionar o que melhorou na vida das pessoas aqui na comunidade?
7. Já tiveram algum problema ou conflito com a Mozal?
8. Os gestores da Mozal ou pessoas ligadas a Mozal, já se aproximaram a comunidade para saber dos problemas e das necessidades das mesmas?
9. Já participaram em algum projecto feito pela Mozal?
10. Já apresentaram propostas de coisas que gostariam que mudassem na comunidade?

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA MOZAL: ÁREAS DE ACTUAÇÃO⁸

SAÚDE E BEM-ESTAR

A promoção da saúde e bem-estar nas comunidades em volta da Mozal é uma das áreas de actuação da RSE da Mozal. Neste campo destaca-mos o projeto “Janela de oportunidades”, iniciado em 2011 e com o fim previsto para 2016. O projecto é apoiado pela *BHP Billiton Sustainable Communities (BSC)* e é implementado pela PATH, uma organização não-overnamental internacional sem fins lucrativos virada para a criação de soluções com base cultural para a resolução dos problemas de saúde. O projeto Janela de Oportunidades visa essencialmente promover a saúde materno-infantil como uma forma de atingir o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças.

Desde o seu início o projeto tem trabalhado em parceria com entidades governamentais (ministério da saúde, ministério da mulher e ação social), parceiros não-governamentais e organizações da sociedade civil, buscando implementar de forma integrada programas que tenham impacto significativo na saúde materno-infantil e nutrição. Nas primeiras fases do projecto, a PATH conduziu uma avaliação rápida para identificar como a saúde materno-infantil poderia ser melhorada em cada distrito. No segundo ano do projeto, foi incrementado o treinamento técnico e a qualidade dos serviços prestados para a saúde materno-infantil. A AMDC em parceria com a direção distrital da saúde em Boane no ano de 2011, apoiou 15 ativistas de saúde nas comunidades locais, que tiveram como tarefas principais a promoção de cuidados primários e reduzir os níveis de mortalidade infantil.

⁸BhpBilliton in the Community. 2014

AGRO-NEGÓCIOS

A MOZAL em alinhamento com os princípios de desenvolvimento sustentável, defende que as comunidades em volta da empresa de fundição de Alumínio, devem sentir-se proprietários dos programas financiados pela empresa. A Mozal, por meio da AMDC (Associação para o Desenvolvimento Comunitário), criou o programa de desenvolvimento agrícola na qual foram beneficiados cerca de 650 agricultores das associações de Bematchome e Mavoco, tendo estes recebidos 14 toneladas de sementes melhoradas de milho e feijão. Com as cerca de 6.3 toneladas de sementes de milho doadas pela AMDC, os agricultores foram capazes de colher um total de 975 toneladas de milho. A AMDC através do seu projeto de criação de caprinos em Malotane e Mavoco, produziu cerca de 250 cabeças de gado caprino que foram doadas a um total de 50 famílias numa primeira fase. Ao fim deste processo umas totais de 150 famílias foram beneficiadas. Este projeto foi orçado em 39 254 dólares.

EMPREENDEDORISMO

A Mozal, através da AMDC tem apoiado as comunidades em volta da empresa, no financiamento de pequenos negócios, pois através destas acções consideram que os membros da comunidade interessados nestes projetos têm a chance de ter um papel proactivo no melhoramento das suas condições de vida. A Associação das Viúvas e Mães Solteiras na comunidade de Djuba, teve um apoio da AMDC na produção de redes mosquiteiras e vestuário. A associação Khindlimuka com 50 membros, foi assistida no seu projeto de produção de tapetes e cestos, bem como redes mosquiteiras

GESTÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIAIS

Neste grupo se enquadram as acções levadas a cabo em situações contingenciais, causadas pelos desastres naturais, que ocorrem com certa frequência Em Moçambique. Em concreto as práticas de RSE neste aspeto consistem na provisão bens e serviços básicos aos afetados pelos destes naturais, tais como alimentação, abrigo, água, segurança, assistência médica, bem como a

reconstrução de infraestruturas. De acordo com relatório sobre Responsabilidade Social, denominado *Bhp Billiton in the Community*, no período compreendido entre 2009 à 2013, a BHP Billiton Sustainable Communities desembolsou 19.3 milhões de dólares em todo o mundo, nas regiões onde esta multinacional opera os seus negócios.

Em 2011, as cheias afetaram Moçambique tendo como resultado o desalojamento de mais de 30.000 pessoas das suas respectivas residências. Em resposta, a Mozal, por meio da BHP Billiton Sustainable Communities (BSC), fez um donativo a Cruz Vermelha de Moçambique, na ordem dos 500,000 dólares, com vista a reforçar a capacidade desta instituição.

As cheias periódicas voltaram a acontecer nos princípios de 2013, tendo afetado cerca de 240,000 pessoas, e destruídas residências. A província mais afetada foi Gaza, com cerca de 176,000 pessoas deslocadas. Neste contexto a Cruz Vermelha de Moçambique, ativou o seu Comité Local Para Gestão de Desastres, tendo aberto o Centro de Reassentamento em Chiaquelane. Mais uma vez foram doados cerca de 500,000 dólares pela BSC, representada pela Mozal.